



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO N° : 35000.000224/2008-61
UNIDADE AUDITADA : INSS/COGEFIN/DF
CÓDIGO UG : 510001
CIDADE : BRASILIA
RELATÓRIO N° : 208007
UCI EXECUTORA : 170972

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 208007, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

I - ESCOPO DOS EXAMES

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 31.03.2008 a 25.04.2008, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas e auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, que contemplaram os seguintes itens:

- AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS;
- QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES;
- TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS;
- REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS;
- REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS;
- ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA;
- CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU;
- RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS;
- ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA;

- ATUAÇÃO ENTIDADE SUPERVISORA/AGENTE OPERADOR; e
- SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES.

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Os exames realizados resultaram na identificação das constatações listadas detalhadamente no Anexo I - "Demonstrativo das Constatações" e que dão suporte às análises constantes neste Relatório de Auditoria.

4. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-47/2004 e 54/2007, e pelas DN-TCU-85/2007 e 88/2007, Anexo XI.

5. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-85/2007, e em face dos exames realizados, cujos resultados estão consignados no Anexo I - "Demonstrativo das Constatações", efetuamos as seguintes análises:

5.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

Com relação aos resultados quantitativos da implementação dos Programas executados pelo INSS em 2007, verificamos a seguinte situação:

Programa: 0083 – Previdência Social Básica					
Ação	Exercício de 2007		%	Realizado 2006	Realizado 2005
2564-Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS					
Físico (informação processada/milhar)	2.403.960,000	2.442.107,868	101,59	199.276.395	1.353.148.482
Financeiro	108.782.804,00	108.767.902,00	99,99	58.978.105,00	9.975.952,00
2635-Capacitação de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários					
Físico (servidor capacitado/unidade)	3.202	7.109	222,02	9.487	8.446
Financeiro	1.577.980,00	1.189.684,00	75,39	1.174.323,00	1.317.946,00
2294-Defesa Judicial da Previdência Social Básica					
Físico (peça processual produzida/unidade)	95.453	68.531	71,80	207.873	887.518
Financeiro	22.267.512,00	22.258.354,00	99,96	16.251.441,00	11.347.739,00
2593-Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social					
Físico (usuário atendido/unidade)	20.458.956	35.484.583	173,44	43.454.740	37.390.080
Financeiro	448.769.626,00	447.790.741,00	99,78	325.292.248,00	320.621.774,00
2272-Gestão e Administração do Programa					
Financeiro	748.608,00	557.788,00	74,51	280.296,00	1.655.404,00
5092-Implantação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade – SABI					
Físico (APS com sistema implantado/unidade)	325	117	36	381	99
Financeiro	373.152,00	92.856,00	24,88	30.078,00	190.476,00
2571-Orientação do Reconhecimento do Direito aos Segurados referentes aos Benefícios Previdenciários					
Físico (usuário atendido/unidade)	360.000	473.721	131,59	494.428	365.303
Financeiro	161.056,00	152.826,00	94,89	98.519,00	208.021,00
0137-Pagamento de Abono de Permanência em Serviço					
Físico (pessoa beneficiada/unidade)	1.491	1.171	78,54	1.748	4.819
Financeiro	6.672.779,00	6.672.780,00	100	8.741.242,00	16.958.306,00
0010-Pagamento de Aposentadorias - Área Rural					
Físico (aposentado beneficiado/unidade)	5.330.360	5.398.831	101,28	5.250.668	5.103.477
Financeiro	26.084.329.215,00	26.084.329.216,00	100	22.835.832.842,00	19.082.767.617,00
0132-Pagamento de Aposentadorias – Área Urbana					
Físico (aposentado beneficiado/unidade)	8.574.977	8.233.108	96,01	7.938.781	7.677.128
Financeiro	83.052.180.269,00	83.048.787.390,00	100	75.951.409.415,00	67.164.885.177,00
0133-Pagamento de Aposentadorias Especiais					
Físico (aposentado beneficiado/unidade)	397.806	395.649	99,46	404.317	415.659

Programa: 0083 – Previdência Social Básica					
Ação	Exercício de 2007		%	Realizado 2006	Realizado 2005
Financeiro	6.151.180.724,00	6.146.425.402,00	99,92	5.983.694.168,00	5.730.543.398,00
0136-Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão – Área rural Físico (pessoa beneficiada/unidade)	2.064.014	1.629.943	78,97	1.806.218	1.834.954
Financeiro	17.807.094.994	17.701.891.150,00	99,41	16.829.049.126,00	15.441.531.418,00
001P-Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão – Área rural Físico (pessoa beneficiada/unidade)	180.635	143.575	79,48	151.965	169.012
Financeiro	816.397.971,00	793.958.752,00	97,25	764.196.491,00	767.332.941,00
001Q-Pagamento de Pensões – área rural Físico (pensionista beneficiado/unidade)	1.916.800	1.941.242	101,28	1.887.807	1.842.650
Financeiro	9.507.849.375,00	9.454.685.762,00	99,44	8.292.383.162,00	6.934.140.734,00
0134-Pagamento de Pensões – Área Urbana Físico (pensionista beneficiado/unidade)	4.249.977	4.279.149	100,69	4.185.635	4.065.104
Financeiro	33.785.596.169,00	33.701.779.865,00	99,75	30.448.512.441,00	26.661.302.744,00
0117-Pagamento de Salário-Família Físico (pessoa beneficiada/unidade)	155.437	70.453	45,33	80.078	74.156
Financeiro	40.605.392,00	40.588.792,00	99,96	34.859.664,00	40.182.207,00
001R-Pagamento de Salário-Maternidade – área rural Físico (pessoa beneficiada/unidade)	23.287	36.174	155,34	14.891	15.608
Financeiro	466.177.171	464.848.925,00	99,72	400.681.240,00	405.553.723,00
0141-Pagamento de Salário-Maternidade – área urbana Físico (pessoa beneficiada/unidade)	31.976	41.474	129,70	26.610	24.940
Financeiro	257.022.559,00	256.247.836,00	99,70	200.502.843,00	242.724.826,00
1F86-Recadastramento Previdenciário – Censo Físico (registro atualizado/unidade)	2.829.830	1.983.275	70,08		
Financeiro	38.331.828,00	27.836.652,00	72,62	24.857.234,00	
2A57-Remuneração dos Serviços Postais Físico (correspondência enviada/unidade)	48.979.592	17.603.049	35,94	22.857.961	
Financeiro	204.259.153,00	102.412.808,00	50,14	10.618.697,00	
2578-Serviço de Perícia Médica Físico (perícia médica realizada/unidade)	9.734.069	9.015.771	92,62	6.791.039	9.113.792
Financeiro	6.427.738,00	6.408.522,00	99,70	11.176.867,00	133.788.325,00
2296-Serviço de Perícia Médica Judicial Físico (laudo produzido/unidade)	9.834	11.374	115,66	7.936	7.279
Financeiro	11.694.950,00	11.694.459,00	100	5.405.702,00	5.800.782,00
2585-Serviço de Reabilitação Profissional Físico (segurado atendido/unidade)	54.104	60.389	111,62	66.925	58.109
Financeiro	10.498.519,00	7.944.683,00	75,67	6.367.500,00	5.661.059,00
2591-Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários Físico (processo concluído/unidade)	6.195.496	9.590.954	154,81	9.124.721	6.462.781
Financeiro	19.016.066,00	17.055.178,00	89,69	11.888.071	31.830.372
2292-Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários Físico (benefício processado/milhar)	294.600.000	196.373.863	66,66	289.453.000	259.996.000
Financeiro	291.000.000,00	226.930.954,00	77,98	346.602.247,00	255.587.397,00

Programa: 0085 – Qualidade dos Serviços Previdenciários					
Ação	Exercício de 2007		%	Realizado 2006	Realizado 2005
2562-Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos Físico (auditoria realizada/unidade)	1153	961	83,34	1.080	1.280
Financeiro	6.696.801,00	5.784.459,00	86,38	7.953.040,00	9.021.632,00
2563-Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários Físico (unidade avaliada/unidade)	385	1.103	286,49	1.520	1.012
Financeiro	2.140.114,00	1.702.823,00	79,57	7.454.920,00	5.350.022,00
2D15-Gestão de Melhoria Contínua Organizacional – PGA Físico (profissional qualificado/unidade)	11.100	0	0		
Financeiro	7.920.601,00	7.850.689,00	99,12		
2272-Gestão e Administração do Programa Financeiro	1.017.360,00	403.410,00	39,65	0	1.561.506,00
3896-Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social					

Programa: 0085 – Qualidade dos Serviços Previdenciários					
Ação	Exercício de 2007		%	Realizado 2006	Realizado 2005
Físico (ambiente tecnológico reestruturado/% de execução física)	2	1,5	75	26	
Financeiro	8.108.096,00	6.913.201,00	85,26	56.012.388,00	
5509-Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social Físico (APS reformulada/unidade)	60	61	101,67	37	28
Financeiro	31.360.000,00	29.673.345,00	93,81	59.649.993,00	14.369.914,00
114M – Recuperação, Reforma e Modernização do Edifício Sede do INSS Físico (percentual do prédio reformado)	100	0	0		
Financeiro	35.000.000,00	0	0		

Programa: 088 – Indenização e Pensões Especiais de Responsabilidade da União					
Ação	Exercício de 2007		%	Realizado 2006	Realizado 2005
0536-Pagamento de Benefícios de Legislação Especial					
Físico (pessoa beneficiada/unidade)	111.177	79.309	71,34	84.357	82.149
Financeiro	898.409.177,00	898.409.180,00	100	722.603.679,00	763.704.877,00

Programa: 1079-Educação Previdenciária					
Ação	Exercício de 2007		%	Realizado 2006	Realizado 2005
2278-capacitação de Servidores para Disseminação do Conhecimento Previdenciário Físico (servidor capacitado/unidade)	124	0	0	8	0
Financeiro	66.143,00	2.593,00	3,92	2.494,00	36,00
2282-Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias Físico (pessoa treinada/unidade)	10.000	4.249	42,49	819	9.261
Financeiro	369.279,00	136.335,00	36,92	0	208.504,00
2272-Gestão e Administração do Programa					
Financeiro	104.930,00	63.951,00	60,95	26.313,00	
2284-Promoção de Ações de Conscientização e Informação Físico (pessoa atendida/unidade)	772.650	264.229	34,20	190.334	708.438
Financeiro	509.998,00	197.654,00	38,76	75.968,00	891.746,00

Programa: 0750 – Apoio Administrativo					
Ação	Exercício de 2007		%	Realizado 2006	Realizado 2005
2000-Administração da Unidade					
Financeiro	2.352.794.794,00	2.284.642.687,00	97,10	2.225.201.465,00	1.877.634.813,00
2004-Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes Físico (pessoa beneficiada/unidade)	185.376	160.177	86,41	176.976	183.898
Financeiro	97.363.801,00	95.317.284,00	97,90	89.548.625,00	95.778.249,00
2010-Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Físico (criança de 0 a 6 anos atendida/unidade)	5.641	4.007	71,03	5.520	4.868
Financeiro	3.430.740,00	3.358.732,00	97,90	4.300.000,00	4.353.380,00
2012-Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Físico (servidor beneficiado/unidade)	42.771	38.711	90,51	42.244	41.574
Financeiro	69.315.524,00	66.806.850,00	96,38	68.000.000,00	66.105.467,00
2011-Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Físico (servidor beneficiado/unidade)	30.995	30.120	97,18	30.131	30.011
Financeiro	42.707.707,00	41.941.423,00	98,21	37.200.000,00	32.634.632,00
09HB-Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Financeiro	470.844.101,00	462.360.294,00	98,20	450.363.313,00	

Programa: 0084 – Arrecadação de Receitas Previdenciárias					
Ação	Exercício de 2007		%	Realizado 2006	Realizado 2005
2300-Administração de Imóveis Não-Operacionais Físico (imóvel administrado/unidade)	1.440	12	0,83	522	941
Financeiro	1.113.044,00	696.660,00	62,59	532.344,00	396.677,00

Programa: 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Ação	Exercício de 2007		%	Realizado 2006	Realizado 2005

Programa: 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Ação	Exercício de 2007		%	Realizado 2006	Realizado 2005
005- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – INSS Financeiro	344.323.179,00	343.027.359,00	99,62	578.525.947,00	282.066.681,00
005- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – FRGPS Financeiro	1.913.611.725,00	1.912.325.201,00	99,93	1.540.689.709,00	781.239.089,00
0486- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) oriunda da Justiça Comum Estadual Financeiro	385.000.000,00	384.768.122,00	99,94	300.232.831,00	275.990.310,00
0625- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas Financeiro	2.985.532.210,00	2.985.532.211,00	100	2.696.265.000,00	2.793.742.457,00
0482- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de pequeno valor oriunda da Justiça Comum Estadual Financeiro	35.000.000,00	34.990.674,00	99,97	27.267.393,00	50.781.740,00

Programa: 089 – Previdência dos Inativos e Pensionistas da União					
Ação	Exercício de 2007		%	Realizado 2006	Realizado 2005
0181-Pagamento de Aposentadorias e Pensões Servidores Civis Físico (pessoa beneficiada/unidade) Financeiro	52.355 3.454.617.971,00	54.986 3.442.478.382,00	105,03 99,65	52.314 3.186.116.848,00	52.358 2.972.292.982,00

Programa: 087-Gestão de Política de Previdência Social					
Ação	Exercício de 2007		%	Realizado 2006	Realizado 2005
4572-Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Físico (servidor capacitado/unidade) Financeiro	6.789 17.928.993,00	10.847 8.288.550,00	159,77 46,23	55.557 14.033.448,00	14.726 5.076.546,00

No tocante ao Programa 0083 - Previdência Social Básica - verifica-se, em linhas gerais, a compatibilidade entre o planejamento e a execução das ações. Ressaltamos, entretanto, a baixa execução física (36%) e financeira (24,88%) da Ação: 5092-Implantação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade - SABI. O gestor apresentou a seguinte justificativa sobre o fato: "Apesar de constar no SIGPLAN a meta de 325 APS para implantar o SABI em 2007, o número correto de APS sem o referido Sistema era 194, conforme consta no Relatório de Gestão de 2006. Essa divergência decorre do fato de que em 2006 estava prevista a implantação do SABI em 154 APS, porém esta Diretoria superou a meta e implantou 381 APS, restando apenas 194 APS para implantar SABI em 2007. Das 194 APS que estavam sem o SABI, implantamos ao longo de 2007 o Sistema em 117 APS, assim discriminadas: 55 APS Fixas; 07 APSBI Agência de Benefícios por Incapacidade; 15 APSADJ Agências de Atendimento de Demandas Judiciais e 40 EADJ Equipes de Atendimento de Demandas Judiciais." Conforme informado pelo gestor, trata-se de um erro de lançamento no sistema SIGPLAN, sendo a execução física efetiva em 2007 de 60,31%.

Com relação ao Programa 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários - nos resultados da execução da Ação 2563 - Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários - verifica-se divergências entre os valores informados pela Unidade em sua Prestação de Contas e constantes no Sistema SIGPLAN. O gestor esclareceu o fato da seguinte forma:

"Considerando a meta física corrigida da ação Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários, em relação à meta física realizada em 2007, a execução física foi de 75,65% e a financeira foi de 79,57%. Esclarecemos que a meta física constante da LOA não contempla a quantidade real de Unidades de Atendimento da Previdência Social, desta forma informamos no campo previsão corrigida a quantidade real, entretanto no cálculo da execução física é considerada a informação do campo previsão inicial, razão pelo qual há um desequilíbrio entre o desempenho físico e financeiro apresentado no SIGPLAN."

Cabe-nos destacar, também, a não execução da Ação 2D15 - Gestão de Melhoria Contínua Organizacional - PGA. Em sua justificativa, a UJ apresentou os seguintes esclarecimentos: "Independentemente de a meta física ter sido prejudicada, entendemos que o balanço final foi positivo, uma vez que foi possível elaborar o Projeto "Definição e Implementação na Previdência Social do Brasil de um Novo Modelo de Gestão de Pessoas e do Conhecimento" - PROGESPE, o qual possibilitará um investimento significativo na gestão de pessoas e contribuirá para a implementação do Novo Modelo de Gestão do INSS. De janeiro a maio as ações desenvolvidas foram, especificamente, para planejamento das ações o que envolveu, tão somente, deslocamento das equipes, não tendo nenhum efeito na meta física prevista. As principais atividades desenvolvidas foram: revisão e disponibilização do material técnico para capacitação; detalhamento das atividades relacionadas à manutenção, implementação, avaliação e acompanhamento do processo de adesão ao Modelo Gerencial - PGA. A gestão dos recursos foi feita de forma centralizada, inicialmente na Presidência do INSS e após o mês de setembro na Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas. Cabe esclarecer que de maio a julho o projeto ficou sobrestado, aguardando, além da liberação de servidores para compor os grupos, definições quanto à continuidade do projeto. Com a chegada da nova Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Pessoas, em julho de 2007, foi feita uma revisão de todas as atividades em curso na área e foram definidas as novas políticas voltadas para quatro grandes ações: Educação, Carreira, Desempenho e Responsabilidade Sócio-Ambiental. Foi iniciada a elaboração do Projeto Político Pedagógico, que vai nortear todas as ações de educação continuada para os servidores de todo o país. Os valores executados com diárias e passagens foram, na sua totalidade, para manter as equipes responsáveis trabalhando, tanto na reformulação como no planejamento das novas ações. Do valor total empenhado na ação, 98,08% foram para garantir as despesas com o Projeto "Definição e Implementação na Previdência Social do Brasil de um Novo Modelo de Gestão de Pessoas e do Conhecimento" - PROGESPE, que será executado por meio de Cooperação Técnica entre o Ministério da Previdência Social e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, cujo principal objetivo é definir e implementar um Novo Modelo de informação, memória e relacionamento com o segurado, visando a melhoria da atuação de suporte social oferecido pela Previdência Social. O Projeto se divide em três áreas principais: (1) divulgação de conhecimento e informações relativas à Previdência Social para conscientizar os cidadãos de seus direitos e deveres com relação ao tema; (2) capacitação de pessoal tendo como fundamento a Gestão por competência, visando aumentar o capital intelectual do Sistema Previdenciário e aumentar a qualidade dos serviços da Previdência Social; e (3) disseminação do Novo Modelo de informação, memória e

relacionamento com o segurado objetivando a melhoria da atuação de suporte social oferecido pelo MPS." Em complemento a essas informações, a Área Responsável pela Ação informou que do total de recursos gastos em 2007, R\$ 114.792,00 (cento e quatorze mil, setecentos e noventa e dois reais) referem-se ao pagamento de diárias, e R\$ 35.898,00 (trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e oito reais) referem-se ao pagamento de passagens. Informou, ainda, que foram repassados R\$ 7.700.000,00 (sete milhões e setecentos mil reais) à UNESCO por ocasião do Termo de Cooperação Técnica.

Ainda com relação à execução do Programa 0085, ressaltamos a ausência de execução da Ação 114M, responsável pela Recuperação, Reforma e Manutenção do Edifício Sede do INSS. Em sua justificativa, o gestor informou o seguinte: "Inicialmente, ainda na fase de projeto básico, vislumbrou-se a necessidade de contratação em separado dos serviços de reforço estrutural e da obra propriamente dita. Assim, foram instruídos os processos de nº 35000.001455/2006-21 e o de nº 35000.000243/2006-26, sendo o primeiro relativo à contratação de empresa de engenharia especializada para a execução de ensaios e elaboração de projetos de reforço estrutural e o segundo a obra. Levada à licitação, a contratação dos ensaios e elaboração dos projetos executivos de reforço estrutural mostrou-se deserta. Em virtude de tal ocorrido e visando promover maior celeridade, foi feita juntada dos ensaios e projetos executivos ao processo da obra. Assim, o Processo nº 35000.000243/2006-26 que trata da contratação de empresa de engenharia para executar obra de reforma e melhoria nos prédios do INSS, situados no SAUS - Quadra 2 - Blocos O e P - Brasília/DF, passou a tratar também do reforço estrutural do prédio. Em 26/10/2007, o processo instruído com todas as peças técnicas e edital foi encaminhado para análise da Procuradoria Federal Especializada - PFE/INSS, visando última instrução para fins de licitação. Contudo, após análise do processo, a PFE recomendou o desmembramento do item que trata do reforço estrutural, devendo este ser tratado em processo separado, ou seja, retorna-se a instrução inicial de dois processos. Acatada a recomendação da PFE, o reforço estrutural do prédio está sendo tratado por meio do processo 35000.001455/2006-21. Deste encaminhamento, portanto, resultou o comprometimento da licitação da obra ainda no exercício de 2007. Por outro lado, os recursos da Ação, do tipo ESPECIAL, foram publicados em NOV/2007, não sendo possível, portanto, sua utilização no exercício de 2007. Apesar disso, as providências para atendimento das recomendações exaradas pela PFE estão em curso e tão logo estejam concluídos os ensaios e os projetos executivos do reforço estrutural a obra será licitada. No SIGPLAN, a restrição foi enquadrada como de Licitação".

Excetuando-se os programas sem execução física em 2007, devidamente justificada pelo gestor, verifica-se a conformidade entre o planejamento e a execução das Ações vinculadas ao Programa 0085.

No tocante ao Programa 1079 - Educação Previdenciária, a não execução da Ação 2278 - Capacitação de Servidores para Disseminação do Conhecimento Previdenciário - ocorreu, segundo o gestor, "em razão da revisão das políticas da capacitação do Programa de Educação Previdenciária. Tiveram início em março as ações para o planejamento das ações para as capacitações relacionadas ao programa de Educação Previdenciária, pois a capacitação de servidores para atuarem como multiplicadores foi planejada para acontecer nos meses de junho e

julho, com vistas à implementação da Educação Previdenciária nas Escolas - Previdência Cidadã. Este processo exige que o educador adquira conhecimentos e habilidades para atuar junto às instituições de ensino. Em maio esta ação foi sobrestada tendo em vista a revisão das políticas de implementação da capacitação do Programa de Educação Previdenciária, com foco na inclusão social e melhoria na distribuição de renda no País. Dessa forma, estratégias foram alteradas tendo em vista alcançar as diretrizes dos 8 objetivos do Milênio, contribuindo para o processo de responsabilidade sócio-ambiental de forma participativa com toda sociedade, permanecendo assim até o fim do exercício."

Os Programas: 0088 - Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União, 0084 - Arrecadação de Receitas Previdenciárias, 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, 0089 - Previdência dos Inativos e Pensionistas da União e 0087 - Gestão de Política de Previdência Social foram executados em conformidade com o inicialmente planejado, não havendo ressalvas quanto à execução de suas Ações.

5.2 QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES

Os indicadores de desempenho apresentados pelo INSS na gestão de 2007 estão vinculados especificamente a dois Programas de Governo executados pelo Órgão. O Programa 0083 - Previdência Social Básica contempla o maior quantitativo de indicadores de desempenho, divididos nas seguintes áreas: Diretoria de Benefícios e Procuradoria Federal Especializada. O segundo Programa em que é possível associar os indicadores de desempenho é o 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários, executado pela Diretoria de Atendimento. Os demais indicadores de desempenho desenvolvidos pela Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, Diretoria de Recursos Humanos, Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, Auditoria-Geral e Corregedoria-Geral não podem ser associados a um Programa específico, uma vez que sua amplitude contempla, em alguns casos, mais de um Programa de Governo.

Com relação à elaboração dos indicadores, verificamos que o INSS observou os parâmetros definidos na Norma de Execução nº 05, de 28.12.2007, aprovada pela Portaria nº 1.950, de 28.12.2007. Dessa forma, destacamos as seguintes qualidades dos indicadores: seletividade, simplicidade, cobertura, economicidade, praticidade e homogeneidade. Cabe-nos destacar, que os indicadores desenvolvidos pela Diretoria de Atendimento não possuem a mesma independência em relação aos indicadores das demais áreas. Esse fato ocorre em razão de fatores externos à Unidade, tais como diferenças culturais ligadas à restrição no uso de canais remotos pelo cidadão-usuário. Outro ponto relevante a ser destacado nos indicadores que medem a qualidade de atendimento das Agências é a operacionalização dos sistemas de medição, uma vez que interrupções sistêmicas afetam diretamente os resultados obtidos, e são resultantes também de fatores externos, relacionados à prestação de serviços da DATAPREV.

Quanto aos resultados apresentados pelas diversas Áreas, cabe-nos tecer os seguintes comentários:

PROGRAMA: 0083 - PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA**UNIDADE EXECUTORA: DIRETORIA DE BENEFÍCIOS - INSS****RELAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO RELACIONADOS AO PROGRAMA:**

DENOMINAÇÃO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR)	QUANTIFICADOR	RESULTADO NO ANO	AVALIAÇÃO CGU
Tempo Médio de Concessão - TMC	Eficiência	Medir o tempo de espera para processos com despacho favorável	soma dos tempos de processamento dos benefícios / quantidade de benefícios concedidos	Entre 31 e 34	O Tempo Médio de Concessão ficou abaixo dos 45 dias previstos legalmente, portanto consideramos o resultado eficaz.
Idade Média do Acervo - IMA	Eficiência	Medir o número de dias entre a data da entrada do requerimento e a data do despacho favorável ou não	soma dos tempos de represamento de benefícios / total de benefícios represados	Entre 91 e 190	Em 2007 não foram efetivamente regularizadas as pendências referentes à processos de benefícios represados, mantendo-se a situação no estado considerado "crítico", ou seja, acima de 46 dias.
Índice da Demanda Atendida - IDT	Eficiência	Aferir a capacidade da APS em atender a demanda total de benefícios represados + requeridos no mês	quantidade de benefícios despachados no mês x total de benefícios represados no mês anterior + pré-habilitados no mês (exceto benefícios concedidos após reabertura de indeferimento/ encerramento)	Entre 50,15 e 81,45	De acordo com o gestor, faltas de servidores, instabilidades do sistema e aumento da demanda influenciaram diretamente o resultado. Entretanto, não foi observada uma regularidade entre os resultados obtidos mensalmente durante o exercício de 2007.
Índice de Indeferimento de Benefícios - IIB	Eficiência	Medir a quantidade de benefícios indeferidos em relação aos despachados	(quantidade de benefícios indeferidos / quantidade total de benefícios despachados) x 100	Entre 41,47 e 48,66	Esse indicador aponta que menos da metade dos benefícios despachados foram deferidos. Segundo o gestor, essa situação ocorre por falta de segurança do servidor que analisa o processo. Nesse caso, cabe ao INSS verificar se essa falta de segurança não se origina da falta de treinamento, o que poderia estar impactando negativamente na concessão dos benefícios.
Tempo Médio para Atendimento em AX1	Eficiência	Medir o tempo médio entre a data da entrada do requerimento (DER) e a data da realização do exame (DRE) em exames iniciais (AX1)	Tempo total de espera para realização da perícia inicial / total de perícias em AX1	Entre 13 e 22	O resultado considerado "bom" (ou seja 5 de TMA AX1) não foi atingido em nenhum mês de 2007. A carência de médicos peritos é apontado como um dos fatores responsáveis pelos resultados obtidos. Nessa questão, cabe ao INSS promover estudos com vistas a redimensionar seu efetivo de médicos peritos e buscar junto aos Órgãos competentes do Poder Executivo

DENOMINAÇÃO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR)	QUANTIFICADOR	RESULTADO NO ANO	AValiação CGU
					Federal a autorização para contratação de novos médicos peritos por meio de concurso público.
Índice de segurados reabilitados - ISR	Eficiência	Medir a eficácia da realização dos programas de reabilitação profissional	(nº de segurados reabilitados / nº de segurados elegíveis para o programa) x 100	Entre 65 e 103	Esse indicador apresentou resultados considerados "Bons" no exercício de 2007, com evolução significativa apresentada no segundo semestre do ano.

UNIDADE EXECUTORA: PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - INSS
RELAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO RELACIONADOS AO PROGRAMA:

DENOMINAÇÃO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR)	QUANTIFICADOR	RESULTADO NO ANO	AValiação CGU
Índice de Julgamentos Favoráveis - IJF	Eficiência	Indica a efetividade da atividade da PFE-INSS, possibilitando decisões estratégicas e ações para orientação da administração para prevenção de demandas.	nº total de acórdãos e decisões favoráveis e parcialmente favoráveis - TADF / nº total de acórdãos e decisões proferidas nas cortes superiores - TAD	Entre 44,27 e 93,72%	Conforme verificado no último trimestre de 2007, os resultados históricos desse índice situam-se entre 44 e 55%, valores que podem ser aperfeiçoados com o aumento do efetivo de Procuradores, bem como com estudos que apontem fatores recorrentes nas decisões desfavoráveis ao INSS.

PROGRAMA: 0085 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS
UNIDADE EXECUTORA: DIRETORIA DE ATENDIMENTO - INSS
RELAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO RELACIONADOS AO PROGRAMA:

DENOMINAÇÃO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR)	QUANTIFICADOR	RESULTADO NO ANO	AValiação CGU
Tempo Médio de Espera - TME	Eficiência	Aferir o tempo médio de espera dos clientes para iniciar o atendimento	soma dos tempos compreendidos entre a chamada da senha no painel - a entrega da senha ao cliente / quantidade de atendimentos	Entre 0:42:12 e 0:54:10	Em todos os meses de 2007 foram auferidos resultados considerados "críticos", o que demonstra a necessidade de ações gerenciais por parte do INSS relacionadas à qualidade do atendimento prestado nas Agências.
Índice de Requerimentos de Benefícios pelos Canais Remotos - IRCR	Eficiência	Medir a incidência de pessoas que faz sua solicitação de benefícios por meio dos canais remotos	(quantidade de requerimentos de benefícios efetuados pelos canais remotos / quantidade total de requerimentos de benefícios) x 100	Entre 48 e 58%	Os resultados obtidos por esse indicador demonstram a resistência cultural dos usuários da Previdência Social à utilização dos canais remotos, situação essa que deve ser amenizada por meio de campanhas educativas junto à população.
Tempo Médio de Espera para Atendimento Agendado - TMEA	Eficiência	Aferir o tempo em que o cliente aguarda para ser	soma dos tempos compreendidos entre a data	Entre 49 e 59	Em todos os meses de 2007 foram auferidos resultados considerados "críticos", o que

DENOMINAÇÃO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR)	QUANTIFICADOR	RESULTADO NO ANO	AValiação CGU
		atendido, bem como a capacidade da APS em recepcionar toda sua demanda dentro de um limite de tempo aceitável.	da solicitação do agendamento até a data do atendimento / quantidade de agendamentos marcados.		demonstra a necessidade de ações gerenciais por parte do INSS relacionadas à qualidade do atendimento prestado nas Agências.

UNIDADES E RESPECTIVOS INDICADORES DE DESEMPENHO EM QUE NÃO FOI POSSÍVEL ASSOCIAR UM PROGRAMA DE GOVERNO

UNIDADE EXECUTORA: DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA - INSS

DENOMINAÇÃO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR)	QUANTIFICADOR	RESULTADO NO ANO	AValiação CGU
Índice de Execução Orçamentária - Decreto	Eficiência	Acompanhar mensalmente a execução orçamentária, sob a ótica do limite disponibilizado para movimentação e empenho, INSS em nível nacional.	(empenhos emitidos / limite disponibilizado) x 100	Entre 83,80 e 99,36%	Os indicadores apresentados pela Unidade refletem a efetiva execução de suas atribuições institucionais, não sendo observadas disfunções nos resultados medidos. Entretanto, destacamos a necessidade da criação de indicadores de desempenho referentes à área de logística.
Índice de Execução Orçamentária - Lei	Eficiência	Acompanhar mensalmente a execução orçamentária do INSS, sob a ótica dos valores aprovados na LOA, em nível nacional.	(empenhos emitidos / dotação autorizada) x 100	Atingiu 96,85%	
Índice de Liquidação Orçamentária Nacional - ILON	Eficiência	Acompanhar mensalmente o percentual de liquidação valores empenhados	(empenhos liquidados / empenhos emitidos) x 100	Atingiu 100%	

UNIDADE EXECUTORA: DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS - INSS

DENOMINAÇÃO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR)	QUANTIFICADOR	RESULTADO NO ANO	AValiação CGU
Lotação de Servidores nas Áreas Meio do INSS - LSAM	Eficiência	Medir o equilíbrio da distribuição de servidores entre as áreas meio e finalística.	(quantidade de servidores alocados na área meio / total de servidores ativos) x 100	Entre 26,66 e 33,85	Esse índice demonstra a predominância de servidores na Área fim do INSS. Entretanto, deve-se também mensurar o efetivo de servidores lotados nas Agências da Previdência Social em relação ao efetivo total de servidores da Autarquia, pois os problemas ligados à qualidade no atendimento das APS é diretamente influenciado pelo seu quantitativo de servidores.

UNIDADE EXECUTORA: Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica - INSS

DENOMINAÇÃO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR)	QUANTIFICADOR	RESULTADO NO ANO	AValiação CGU
Índice de Acompanhamento do PPA - IAPPA (meta física)	Eficiência	Acompanhar o preenchimento das execuções físicas das ações constantes dos Programas do PPA afetos ao INSS.	(ações com preenchimento de execução física mensal atualizado conforme os procedimentos legais em vigor / total de ações) x 100	Entre 64 e 96	As justificativas apresentadas pela Unidade quando da constatação de baixos índices mensais do indicador demonstram a necessidade de aprimoramento de mecanismos operacionais e de maior interação com as Unidades Regionais.

UNIDADE EXECUTORA: Auditoria-Geral do INSS

DENOMINAÇÃO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR)	QUANTIFICADOR	RESULTADO NO ANO	AValiação CGU
Ações de Auditoria Planejadas e Executadas - AAPE	Eficiência	Medir a efetividade da ação da auditoria.	(nº de ações executadas / nº de ações planejadas) x 100	132,52%	Os resultados referentes ao indicador das ações de auditoria planejadas e executadas demonstra eficácia da Unidade nessa ação específica, que atingiu 132,52% (cento e trinta e dois vírgula cinquenta e dois por cento) da meta em dezembro de 2007.
Ações Corretivas Negociadas e Implementadas - ACNI	Eficiência	Medir a eficácia da atuação da auditoria.	(nº de ações corretivas implementadas / nº de ações corretivas negociadas) x 100	Entre 46 e 61	os resultados auferidos com as ações corretivas negociadas e implementadas demonstram as dificuldades encontradas pela Unidade na efetividade de suas ações, uma vez que as recomendações elaboradas pela mesma não são efetivamente implementadas pelas demais Unidades do Órgão, comprometendo, dessa forma, os resultados da gestão.

UNIDADE EXECUTORA: Corregedoria-Geral do INSS

DENOMINAÇÃO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR)	QUANTIFICADOR	RESULTADO NO ANO	AValiação CGU
Prazo das Apurações de Responsabilidade	Eficiência	Redução de custo processual	(prazo médio para conclusão de processos administrativos disciplinares / prazo previsto de processos concluídos) x 100	83,7% (até 120 dias), 14,7% (de 121 dias a 240 dias), 1,6% (acima de 240 dias)	Conforme resultados apresentados pela Unidade, 83,70% (oitenta e três vírgula setenta por cento) das apurações de responsabilidade foram cumpridas no prazo de até cento e vinte dias, demonstrando eficiência da Corregedoria na execução de suas atribuições regimentais.

5.3 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Não se verificou a ocorrência de transferências voluntária pela Unidade no exercício de 2007. Ressaltando-se, no entanto, as informações contidas às fls. 203 do Processo de Prestação de Contas nº 35000.000224/2008-61 referentes ao Anexo E - Demonstrativo de Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício (conforme item I-1-3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007).

5.4 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Durante o exercício de 2007, o INSS firmou 103 (cento e três) contratos licitatórios, totalizando R\$ 140.637.562,79 (cento e quarenta milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e nove centavos), conforme tabela a seguir:

EMPRESA	PROCESSO	VALOR GLOBAL (R\$)	CNPJ	MODALIDADE
AIRES TURISMO LTDA	35000.000578/06-44	1.485.000,00	06.064.175/0001-49	PREGÃO 05/06
POSTO BRASAL LTDA	35000.001433/06-61	44.792,00	00.097.626/0001-68	PREGÃO 01/07
AIRES TURISMO LTDA	35000.000578/06-44	3.390.441,64	06.064.175/0001-49	PREGÃO 18/06
MOBILEX MÓVEIS LTDA	35000.001037/06-33	40.500,00	03.818.478/0001-11	PREGÃO 25/06
MOBILE COM. IND.	35000.001037/06-33	54.323,50	07.109.450/0001-66	PREGÃO 25/06
MOORE BRASIL LTDA	35000.000083/07-04	6.800,00	62.004.395/0001-58	PREGÃO 05/07
CAPITALPLAC COM.DE PLACAS LTDA	35000.000096/07-75	2.270,30	03.384.710/0001-50	PREGÃO 06/07
VALDINEI FABIANO MICHEVIZ APOLO	35000.000096/07-75	5.807,10	06.935.204/0001-09	PREGÃO 06/07
AIRES TURISMO LTDA	35000.000578/06-44	5.689.550,00	06.064.175/0001-49	PREGÃO 18/06
PROVIDER LTDA	35000.000165/07-41	58.796.000,00	01.159.435/0001-46	PREGÃO 03/07
GOIASSERV SERV. E TRANSP. LTDA	35000.000579/06-99	554.500,00	06.180.406/0001-80	PREGÃO 02/07
CONTECH BRASIL LTDA	35000.000280/07-15	70.500,00	01.301.195/0001-72	PREGÃO 08/07
MICROSENS LTDA	35000.000777/07-33	185.984,16	78.126.950/0003-16	PREGÃO 02/07
MICROSENS LTDA	35000.000777/07-33	35.280,00	78.126.950/0003-16	PREGÃO 05/07
THYSSENKRUPP ELEVADORES	35000.001850/06-11	72.960,00	90.347.840/0006-22	PREGÃO 14/07
ALMIR ANACLETO DE ALMEIDA	35000.000337/07-86	18.200,00	00.375.774/0001-05	PREGÃO 13/07
STAR BKS LTDA	35000.000457/07-83	67.860,00	04.627.542/0001-40	PREGÃO 07/07
VOETUR CARG. E ENCOM. LTDA.	35000.000338/07-21	392.700,00	24.893.687/0001-08	PREGÃO 16/07
AIRES TURISMO LTDA	35000.000338/07-21	4.334.955,00	06.064.175/0001-49	PREGÃO 18/06
SYSTEM TELEINFORMÁTICA LTDA	35000.000186/07-66	412.600,00	00.404.317/0001-93	PREGÃO 20/07
MOBILEX MÓVEIS LTDA	35000.001037/06-33	147.729,40	03.818.478/0001-11	PREGÃO 25/06
INFORLINE INDÚSTRIA DE MÓVEIS	35000.001037/06-33	40.849,47	81.076.234/0001-14	PREGÃO 25/06
COMERCIAL MARTE DE MÓVEIS LTDA	35000.001037/06-33	2.144,00	00.311.027/0001-03	PREGÃO 25/06
MADELIDER COMERCIAL LTDA - EPP	35000.001037/06-33	9.030,00	02.027.570/0001-09	PREGÃO 25/06
CONSTRUTORA MOURA LTDA	35000.000415/07-42	95.693,73	00.817.127/0001-06	CONCORR. 01/07
ESPAÇO E FORMA MÓVEIS E DIV.	35000.000868/07-79	80.266,50	37.977.691/0007-83	PREGÃO 22/07
APOLLO DIVISÓRIAS LTDA	35000.000868/07-79	41.786,88	04.829.085/0001-32	PREGÃO 22/07
COPIADORA CÓPIA EXATA	35000.000090/07-06	364.271,40	32.907.388/0001-03	PREGÃO 21/07
TECNOLIGHT ELETROELETR. IND E CO	35000.000771/07-66	1.200,00	00.023.577/0001-19	PREGÃO 12/07
GRÁFICA E EDITORA ALIANÇA	35000.000771/07-66	2.628,00	02.472.396/0001-03	PREGÃO 12/07
FORCE LINE IND. COM DE COM. ELET	35000.000771/07-66	2.040,00	03.762.480/0001-16	PREGÃO 12/07
J E K VASQUINHO LTDA	35000.000771/07-66	380,00	04.338.231/0001-60	PREGÃO 12/07
HYPPER COMERCIAL LTDA	35000.000771/07-66	1.757,30	04.795.617/0001-00	PREGÃO 12/07
REBER COMERCIAL LTDA-ME	35000.000771/07-66	974,75	05.145.850/0010-00	PREGÃO 12/07
SS ATACADISTA E DISTR. LTDA	35000.000771/07-66	1.386,00	05.389.669/0001-30	PREGÃO 12/07
ALM - AUDIO, VIDEO E SUPRIM	35000.000771/07-66	1.270,76	05.471.539/0001-42	PREGÃO 12/07
ATLAS COM. E SERVIÇOS LTDA	35000.000771/07-66	71.800,00	05.538.318/0001-44	PREGÃO 12/07
ITALIX COMERCIO DE LIXEIRAS LTDA	35000.000771/07-66	7.940,00	06.124.373/0001-50	PREGÃO 12/07
METAS IND. DE FITAS LTDA - EPP	35000.000771/07-66	162,00	06.967.093/0001-04	PREGÃO 12/07
SALENAS MATERIAIS P/ ESCRITORIO	35000.000771/07-66	5.290,85	07.065.674/0001-13	PREGÃO 12/07
PRÁTICA COM. DE MAT. DE LIMPEZA	35000.000771/07-66	9.000,00	07.159.054/0001-43	PREGÃO 12/07
COM. ALVORADA DE PROD. LIMP	35000.000771/07-66	10.731,00	07.888.247/0001-35	PREGÃO 12/07
IND. E COM. DE MAT. ESCRIT. PERI	35000.000771/07-66	616,52	08.894.946/0001-50	PREGÃO 12/07
HIDRALUZ MATERIAIS ELÉTRICOS	35000.000771/07-66	203,40	33.521.709/0001-91	PREGÃO 12/07
ICOMPAR INF. IMPORT. E EXP. LTDA	35000.000771/07-66	1.360,00	57.098.550/0001-02	PREGÃO 12/07
COM. ESTEVES RIBEIRÃO PRETO	35000.000771/07-66	2.100,00	71.777.825/0001-65	PREGÃO 12/07
CAVALHEIRO MATERIAIS DE CONSTR.	35000.000771/07-66	3.863,00	72.572.910/0001-50	PREGÃO 12/07

EMPRESA	PROCESSO	VALOR GLOBAL (R\$)	CNPJ	MODALIDADE
ANTÔNIO OLIVEIRA DOS SANTOS PAP.	35000.000771/07-66	11.678,00	72.633.753/0001-45	PREGÃO 12/07
VIVO S/A	35000.000934/07-19	578.000,00	02.449.992/0155-10	PREGÃO 23/07
INTER TOUR VIAGENS E TURISMO	35000.000943/07-00	13.115.426,60	00.614.995/0001-80	PREGÃO 18/07
SEAL TELECOM COM. E SERV. LTDA	35000.001353/06-13	22.781,66	58.619.404/0001-48	PREGÃO 30/06
TES TECNOLOGIA E SISTEMA LTDA	35000.001353/06-13	9.166,66	62.517.297/0001-14	PREGÃO 30/06
RENAULT DO BRASIL S/A	35000.001343/07-51	167.000,00	00.913.443/0001-73	ATA 14/06 RFB
RENAULT DO BRASIL S/A	35000.001343/07-51	63.840,00	00.913.443/0001-73	ATA 48/06 ME
NCT INFORMÁTICA	35000.000636/06-30	793.494,96	03.017.428/0001-35	PREGÃO 04/07
CONSTRUTORA MOURA LTDA	35000.000053/06-17	191.145,52	00.817.127/0001-06	TP 02/07
EMBRATEL	35000.000339/07-75	36.658.820,08	33.530.486/0001-29	PREGÃO 27/07
EMBRATEL	35000.000297/07-90	645.991,06	33.530.486/0001-29	PREGÃO 25/07
EMBRATEL	35000.000297/07-90	970.977,52	33.530.486/0001-29	PREGÃO 25/07
EMBRATEL	35000.000297/07-90	969.661,80	33.530.486/0001-29	PREGÃO 25/07
SALENAS MAT. PARA ESCRITÓRIOS	35000.000771/07-66	4.738,67	07.065.674/0001-13	PREGÃO 12/07
ALM AUDIO VÍDEO E SUPRIMENTOS	35000.000771/07-66	7.762,24	05.471.539/0001-42	PREGÃO 12/07
IND.COM. MAT ESC. PERI LTDA	35000.000771/07-66	1.063,50	08.894.946/0001-50	PREGÃO 12/07
C.A DA SILVA GRÁFICA E PAPELARIA	35000.000771/07-66	420,00	02.714.494/0001-00	PREGÃO 12/07
A & K VASQUINHO LYDA	35000.000771/07-66	570,00	04.338.231/0001-60	PREGÃO 12/07
METAS IND. DE FITAS LTDA	35000.001478/07-16	5.804,40	06.967.093/0001-04	PREGÃO 26/07
N.F GRANDE & CIA LTDA	35000.001478/07-16	585,00	79.034.153/0001-00	PREGÃO 26/07
ROTA CERTA	35000.001478/07-16	1.174,80	01.375.325/0001-11	PREGÃO 26/07
BBC DIST. COM. SERVIÇOS LTDA	35000.001478/07-16	15.768,15	36.763.738/0001-58	PREGÃO 26/07
ACT	35000.001478/07-16	1.600,00	07.095.333/0001-90	PREGÃO 26/07
GCS GEMEOS com. E SERV. LTDA	35000.001478/07-16	1.990,00	05.304.400/0001-04	PREGÃO 26/07
WJ GRÁFICA EDI. PAPELARIA LTDA	35000.001478/07-16	2.117,74	00.694.534/0001-65	PREGÃO 26/07
SUPREMAVEDA COMERCIAL LTDA	35000.001478/07-16	725,00	09.105.910/0001-03	PREGÃO 26/07
J & K VASQUINHO LTDA	35000.001478/07-16	1.513,99	04.338.231/0001-60	PREGÃO 26/07
LANCE CONF. COM. INSIGNIAS LTDA	35000.001478/07-16	17.400,00	66.151.994/0001-55	PREGÃO 26/07
GIROFLEX S.A	35000.001486/07-62	282.133,00	56.992.902/0001-06	PREGÃO 32/07
TELEMAR NORTE LESTE S.A	35000.001297/07-90	1.455.905,47	33.000.118/0001-79	PREGÃO 25/07
TELEMAR NORTE LESTE S.A	35000.001297/07-90	1.486.192,18	33.000.118/0001-79	PREGÃO 25/07
MACPLAN PLAN.COM. MAQ. IND LTDA	35000.001429/07-83	992,90	31.985.617/0001-37	PREGÃO 28/07
COMERCIAL BRASIL DE PROD. VAR.	35000.001429/07-83	6.049,00	05.488.204/0001-37	PREGÃO 28/07
EMTEL S.A	35000.001429/07-83	27.750,00	08.482.470/0001-40	PREGÃO 28/07
SANDRA MARIA JOVITA NASCIMENTO	35000.001429/07-83	1.026,00	07.377.950/0001-89	PREGÃO 28/07
DAVOP COM. DE FER. MAT CONST	35000.001429/07-83	395,18	04.463.413/0001-63	PREGÃO 28/07
GOMAFFE GOIAS MAQ. E FER. LTDA	35000.001429/07-83	2.119,00	01.541.192/0001-06	PREGÃO 28/07
MINAS FERRAMENTAS LTDA	35000.001429/07-83	9.339,66	17.194.994/0001-27	PREGÃO 28/07
I.J VITALI	35000.001429/07-83	601,61	08.658.622/0001-13	PREGÃO 28/07
METALURGICA COMANDO IND. COM.	35000.001429/07-83	4.840,00	05.215.858/0001-97	PREGÃO 28/07
INDUSTRIA DE MÓVEIS DE AÇO J.M.N	35000.001429/07-83	75.750,00	04.299.116/0001-24	PREGÃO 28/07
PONTASUL IND. METALURGICA LTDA	35000.001429/07-83	13.499,99	82.454.984/0001-45	PREGÃO 28/07
WEBSITE	35000.001429/07-83	6.847,94	04.187.462/0001-10	PREGÃO 28/07
DOUGLAS COM. MAT. ESCRIT. LTDA	35000.001429/07-83	7.437,84	08.326.889/0001-03	PREGÃO 28/07
REIS OFFICE PROD. COMERCIAL LTDA	35000.001429/07-83	5.250,00	53.617.676/0001-95	PREGÃO 28/07
C DIAS	35000.001429/07-83	5.099,85	01.672.499/0001-46	PREGÃO 28/07
DIRCEU LONGO & CIA LTDA	35000.001429/07-83	3.549,98	92.823.764/0001-03	PREGÃO 28/07
PIONEIRA COMERCIO	35000.001429/07-83	2.274,80	04.036.230/0001-61	PREGÃO 28/07
COMERCIAL MARTE DE MÓVEIS LTDA	35000.001429/07-83	6.263,84	00.311.027/0001-03	PREGÃO 28/07
STACATTO	35000.001429/07-83	4.794,04	05.498.012/0001-01	PREGÃO 28/07
ITAUTEC S.A	35000.001716/07-93	331.500,00	54.526.082/0004-84	ATA 19/07 PGR
LENOVO TECNOLOGIA BRASIL LTDA	35000.001716/07-93	635.000,00	07.275.920/0001-61	ATA 19/07 PGR
FORD MOTOR COMPAY BRASIL LTDA	35000.001777/07-51	5.106.000,00	03.470.727/0016-07	PRE 24/07 INCRA
STAR BKS LTDA	35000.000457/07-83	48.285,00	04.627.542/0001-40	PREGÃO 007/07
POSITIVO INFORMÁTICA S.A	35000.000457/07-83	116.383,50	81.243.735/0001-48	PREGÃO 007/07
POSITIVO INFORMÁTICA S/A	35000.000457/07-83	163.566,00	81.243.735/0001-48	PREGÃO 07/07
TOTAL		140.637.562,79		

Percebe-se a predominância dos contratos firmados sob a modalidade "pregão", situação esta que demonstra o esforço da Unidade Jurisdicionada em adotar critérios mais competitivos em suas licitações, em observância não só ao princípio da isonomia, mas também ao da economicidade, consequência direta dessa competitividade no processo licitatório.

No tocante às inexigibilidades de licitação realizadas pelo INSS em 2007, verificamos que foram realizadas 70 aquisições, totalizando R\$ 79.338.605,12 (setenta e nove milhões, trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e cinco reais e doze centavos), conforme tabela a seguir:

Nº	EMPRESA	PROCESSO	VALOR GLOBAL (R\$)	CNPJ	MODALIDADE
1	BANCO DO BRASIL S.A	35000.001735/06-39	10.330.561,20	00.000.000/0001-91	INEXIG 01/07
2	BANCO DA AMAZÔNIA S.A	35000.001735/06-39	233.397,34	04.902.979/0001-44	INEXIG 02/07
3	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A	35000.001735/06-39	666.415,93	07.237.373/0001-20	INEXIG 03/07
4	BANCO COOPERATIVO DO BRASIL	35000.001735/06-39	162.074,43	02.038.232/0001-64	INEXIG 04/07
5	BANCO SANTANDER BANESPA S.A	35000.001735/06-39	989.064,12	90.400.888/0001-42	INEXIG 05/07
6	BANCO DO ESTADO DO PARÁ	35000.001735/06-39	132.390,41	04.913.711/0001-08	INEXIG 06/07
7	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A	35000.001735/06-39	96.771,90	13.009.717/0001-46	INEXIG 07/07
8	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	35000.001735/06-39	4.239.983,79	00.360.305/0001-04	INEXIG 08/07
9	BANCO ITAÚ S.A	35000.001735/06-39	4.243.870,64	60.701.190/0001-04	INEXIG 09/07
10	BANCO BRADESCO S.A	35000.001735/06-39	6.687.268,63	60.746.948/0001-12	INEXIG 10/07
11	HSBC BANK BRASIL S.A	35000.001735/06-39	2.012.494,67	01.701.201/0001-89	INEXIG 11/07
12	UNIBANCO –	35000.001735/06-39	1.905.362,75	33.700.394/0001-40	INEXIG 12/07
13	BANCO SAFRA S.A	35000.001735/06-39	61.331,84	58.160.789/0001-28	INEXIG 13/07
14	BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A	35000.001735/06-39	653.713,42	01.181.521/0001-55	INEXIG 14/07
15	BANCO SANTANDER BRASIL S.A	35000.001735/06-39	246.729,18	61.472.676/0001-72	INEXIG 29/07
16	BANCO DO BRASIL S.A	35000.001736/06-83	1.731.375,67	00.000.000/0001-91	INEXIG 15/07
17	BANCO DA AMAZONIA S.A	35000.001736/06-83	71.713,86	04.902.979/0001-44	INEXIG 16/07
18	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A	35000.001736/06-83	155.316,05	07.237.373/0001-20	INEXIG 17/07
19	BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A	35000.001736/06-83	20.775,61	02.038.232/0001-64	INEXIG 18/07
20	BANCO SANTANDER BANESPA S.A	35000.001736/06-83	135.553,52	90.400.888/0001-42	INEXIG 19/07
21	BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A	35000.001736/06-83	37.778,46	04.913.711/0001-08	INEXIG 20/07
22	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A	35000.001736/06-83	19.377,66	13.009.717/0001-46	INEXIG 21/07
23	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL S.A	35000.001736/06-83	653.466,70	00.360.305/0001-04	INEXIG 23/07
24	BANCO ITAÚ S.A	35000.001736/06-83	595.605,28	60.701.190/0001-04	INEXIG 22/07
25	BANCO BRADESCO S.A	35000.001736/06-83	1.204.227,37	60.746.948/0001-12	INEXIG 24/07
26	HSBC BANK BRASIL S.A	35000.001736/06-83	307.756,55	01.701.201/0001-89	INEXIG 25/07
27	UNIBANCO –	35000.001736/06-83	286.728,32	33.700.394/0001-40	INEXIG 26/07
28	BANCO SAFRA S.A	35000.001736/06-83	16.591,55	58.160.789/0001-28	INEXIG 27/07
29	BANCO COOPERATIVO SICRED S.A	35000.001736/06-83	64.017,05	01.181.521/0001-55	INEXIG 28/07
30	BANCO SANTANDER BRASIL S.A	35000.001736/06-83	41.079,96	61.472.676/0001-72	INEXIG 30/07
31	BANCO DO NORDESTE S.A	35000.001950/06-30	22.731,30	07.237.373/0001-20	INEXIG 33/07
32	BANCO DA AMAZÔNIA S.A	35000.001950/06-30	37.329,62	04.902.979/0001-44	INEXIG 32/07
33	BANCO DO BRASIL	35000.001950/06-30	4.206.901,49	00.000.000/0001-91	INEXIG 31/07
34	BANCO DO ESTADO DO PARÁ	35000.001950/06-30	28.058,32	04.913.711/0001-08	INEXIG 36/07
35	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A	35000.001950/06-30	79.815,89	13.009.717/0001-46	INEXIG 38/07
36	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	35000.001950/06-30	14.234.272,03	00.360.305/0001-04	INEXIG 39/07
37	BANCO BRADESCO	35000.001950/06-30	4.795.798,38	60.746.948/0001-12	INEXIG 40/07
38	HSBC BANK BRASIL S.A	35000.001950/06-30	1.140.079,48	01.701.201/0001-89	INEXIG 42/07
39	UNIBANCO S.A	35000.001950/06-30	1.510.547,43	33.700.394/0001-40	INEXIG 43/07
40	BANCO SAFRA S.A	35000.001950/06-30	147.403,62	58.160.789/0001-28	INEXIG 44/07
41	BANCO COOPERATIVO SICRED S.A	35000.001950/06-30	28.329,20	01.181.521/0001-55	INEXIG 45/07
42	BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A	35000.001950/06-30	54.087,18	02.038.232/0001-64	INEXIG 46/07
43	BANCO MERCANTIL DO BRASIL	35000.001950/06-30	253.012,97	17.184.037/0001-10	INEXIG 47/07
44	BANCO ITAÚ S.A	35000.001950/06-30	4.330.356,75	60.701.190/0001-04	INEXIG 48/07
45	BANCO DO EST DE SANTA CATARINA	35000.001735/06-39	532.993,27	83.876.003/0001-10	INEXIG 59/07
46	BANCO NOSSA CAIXA	35000.001735/06-39	692.745,08	43.073.394/0001-10	INEXIG 53/07
47	BANCO SANTANDER BANESPA S.A	35000.001735/06-39	989.064,12	90.400.888/0001-42	INEXIG 57/07
48	BANCO RURAL S.A	35000.001735/06-39	30.020,46	33.124.959/0001-98	INEXIG 54/07
49	BANCO DO ESTADO DE S.C	35000.001736/06-83	25.388,87	83.876.003/0001-10	INEXIG 60/07
50	BANCO NOSSA CAIXA	35000.001736/06-83	99.283,58	43.073.394/0001-10	INEXIG 55/07
51	BANCO SANTANDER BANESPA S.A	35000.001736/06-83	207.612,01	90.400.888/0001-42	INEXIG 58/07
52	BANCO RURAL S.A	35000.001736/06-83	8.918,11	33.124.959/0001-98	INEXIG 56/07
53	BANCO DO ESTADO DE S.C	35000.001950/06-30	327.081,17	83.866.003/0001-10	INEXIG 62/07
54	BANCO NOSSA CAIXA S.A	35000.001950/06-30	530.930,83	43.073.394/0001-10	INEXIG 63/07
55	BANCO SANTANDER BANESPA S.A	35000.001950/06-30	1.350.638,88	90.400.888/0001-42	INEXIG 49/07
56	BANCO RURAL S.A	35000.001950/06-30	46.783,72	33.124.959/0001-98	INEXIG 61/07
57	BANCO MERCANTIL BRASIL S.A	35000.001735/06-39	748.136,60	17.184.037/0001-10	INEXIG 64/07
58	BANCO MERCANTIL BRASIL S.A	35000.001736/06-83	112.557,08	17.184.037/0001-10	INEXIG 65/07
59	ABN AMRO REAL	35000.001950/06-30	665.904,09	33.066.408/0001-15	INEXIG 66/07
60	ABN AMRO REAL	35000.001735/06-39	2.042.791,19	33.066.408/0001-15	INEXIG 67/07
61	ABN AMRO REAL	35000.001736/06-83	380.862,89	33.066.408/0001-15	INEXIG 68/07
62	EDITORIA FORUM	35000.001574/06-83	388.890,00	41.769.803/0001-92	INEXIG 51/07
63	BANCO DO RIO GRANDE DO SUL	35000.001950/06-30	183.261,37	92.702.067/0001-96	INEXIG 69/07
64	EDITORIA NDJ	35000.001575/06-28	418.136,00	54.102.785/0001-32	INEXIG 52/07

Nº	EMPRESA	PROCESSO	VALOR GLOBAL (R\$)	CNPJ	MODALIDADE
65	BANRISUL	35000.001735/06-39	394.557,87	92.702.067/0001-96	INEXIG 70/07
66	BANRISUL	35000.001736/06-83	28.376,75	92.702.067/0001-96	INEXIG 71/07
67	BANCO DA AMAZONIA	35000.001735/06-39	120.356,28	04.902.979/0001-44	INEXIG 72/07
68	BANCO DA AMAZONIA	35000.001736/06-83	38.063,38	04.902.979/0001-44	INEXIG. 73/07
69	EDITORIA FÓRUM	35000.001210/07-84	45.240,00	41.769.803/0001-92	INEXIG. 77/07
70	EDITORIA NDJ	35000.001209/07-50	58.494,00	54.102.785/0001-32	INEXIG. 78/07

Analisando-se as razões da inexigibilidade, percebe-se um elevado número de bancos contratados. Esse fato ocorre em função do pagamento, no decorrer do exercício de 2007, de remuneração bancária, bem como contratos com instituições bancárias para pagamento de benefícios e arrecadação de contribuições previdenciárias.

No tocante às dispensas de licitação realizadas pelo INSS em 2007, verificamos que foram realizadas 49 (quarenta e nove) dispensas, totalizando R\$ 3.589.008,29 (três milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, oito reais e vinte e nove centavos), conforme tabela a seguir:

Nº	EMPRESA	PROCESSO	VALOR GLOBAL (R\$)	CNPJ
1	CONSTRUTORA LDN LTDA	35000.000122/07-65	14.888,00	24.916.280/0001-40
2	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	35000.001207/06-80	669.228,35	07.522.669/0001-92
3	SERPRO	35000.000640/07-89	242.357,04	33.683.110/0001-07
4	BANCO DA AMAZONIA	35000.000936/07-08	124.731,33	04.902.979/0001-44
5	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	35000.000936/07-08	358.367,00	07.237.373/0001-20
6	BANCO COOPERATIVO DO BRASIL	35000.000936/07-08	169.461,98	02.038.232/0001-64
7	BANCO DO ESTADO DO PARÁ	35000.000936/07-08	68.188,60	04.913.711/0010-08
8	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	35000.000936/07-08	2.598.061,11	00.360.305/0001-04
9	BANCO ITAÚ	35000.000936/07-08	2.309.776,01	60.701.190/0001-04
10	BANCO BRADESCO	35000.000936/07-08	3.608.591,66	60.746.948/0001-12
11	BANCO HSBC BANK BRASIL	35000.000936/07-08	1.042.662,06	01.701.201/0001-89
12	UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRAS.	35000.000936/07-08	914.040,41	33.700.394/0001-40
13	BANCO SAFRA	35000.000936/07-08	31.592,02	58.160.789/0001-28
14	BANCO COOPERATIVO SICREDI	35000.000936/07-08	345.350,50	01.182.521/0001-55
15	BANCO DO ESTADO DE Sª CATARINA	35000.000936/07-08	224.358,91	83.876.003/0001-10
16	BANCO SANTANDER BANESPA	35000.000936/07-08	714.490,14	90.400.888/0001-42
17	BANCO RURAL	35000.000936/07-08	15.460,54	33.124.959/0001-98
18	BANCO MERCANTIL DO BRASIL	35000.000936/07-08	257.359,96	17.184.037/0001-10
19	BANCO ABN AMRO REAL	35000.000936/07-08	798.791,79	33.066.408/0001-15
20	BANCO DO RIO GRANDE DO SUL	35000.000936/07-08	284.450,90	92.702.067/0001-96
21	BANCO ESTADO ESPÍRITO SANTO	35000.000936/07-08	151.081,47	28.127.603/0001-78
22	BANCO DO ESTADO DO PIAUÍ	35000.000936/07-08	11.724,04	06.833.131/0001-36
23	BANCO DA AMAZÔNIA	35000.000935/07-55	39.459,97	04.902.979/0001-44
24	BANCO DO NORDESTE	35000.000935/07-55	84.809,82	07.237.373/0001-20
25	BANCO COOPERATIVO DO BRASIL	35000.000935/07-55	25.469,52	02.038.232/0001-64
26	BANCO DO ESTADO DO PARÁ	35000.000935/07-55	20.557,00	04.913.711/0001-08
27	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	35000.000935/07-55	422.066,00	00.360.305/0001-04
28	BANCO ITAÚ	35000.000935/07-55	344.089,05	60.701.190/0001-04
29	BANCO BRADESCO	35000.000935/07-55	635.243,69	60.746.948/0001-12
30	BANCO HSBC BANK BRASIL	35000.000935/07-55	169.487,10	01.701.201/0001-89
31	UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRAS.	35000.000935/07-55	155.930,34	33.700.394/0001-40
32	BANCO SAFRA	35000.000935/07-55	8.544,63	58.160.789/0001-28
33	BANCO COOPERATIVO SICREDI	35000.000935/07-55	43.739,81	01.181.521/0001-55
34	BANCO DO ESTADO DE Sª CATARINA	35000.000935/07-55	13.823,84	83.876.003/0001-10
35	BANCO SANTANDER BANESPA	35000.000935/07-55	108.777,44	90.400.888/0001-42
36	BANCO RURAL	35000.000935/07-55	1.516,47	33.124.959/0001-98
37	BANCO MERCANTIL DO BRASIL	35000.000935/07-55	38.674,36	17.184.037/0001-62
38	BANCO ABN AMRO REAL	35000.000935/07-55	140.165,16	33.066.408/0001-15
39	BANCO DO EST. RIO GRANDE DO SUL	35000.000935/07-55	15.843,04	92.702.067/0001-96
40	BANCO DO EST. DO ESPÍRITO SANTO	35000.000935/07-55	18.401,80	28.127.603/0001-78
41	BANCO DO ESTADO DO PIAUÍ	35000.000935/07-55	2.602,23	06.833.131/0001-36
42	BANCO NOSSA CAIXA	35000.000935/07-55	53.773,04	43.073.394/0001-10
43	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE	35000.000935/07-55	10.458,98	13.009.713/0001-46
44	BANCO NOSSA CAIXA	35000.000936/07-08	387.075,76	43.073.394/0001-10
45	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE	35000.000936/07-08	52.609,32	13.009.713/0001-46
46	CEB DISTRIBUIDORA	35000.001066/07-86	351.248,88	07.522.669/0001-92
47	CEB DISTRIBUIDORA	35000.001066/07-86	418.152,72	07.522.669/0001-92
48	CEB DISTRIBUIÇÃO	35000.001358/07-19	26.488,32	07.522.669/0001-92

Nº	EMPRESA	PROCESSO	VALOR GLOBAL (R\$)	CNPJ
49	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE BRASÍLIA	35000.001765/07-26	SEM ÔNUS	00.038.174/0001-43

Analisando-se as razões da dispensa, percebe-se um elevado número de bancos contratados. Esse fato ocorre em função do pagamento de benefícios previdenciários, referente aos serviços prestados no decorrer do exercício de 2007, decorrente do novo entendimento da Procuradoria Federal Especializada do INSS. No presente trabalho, selecionamos o processo nº 35.000.000690/2006-85, referente à contratação da DATAPREV, por dispensa de licitação, para prestação de serviços de tecnologia e informação, no valor global de R\$ 362.006.553,96 (trezentos e sessenta e dois milhões, seis mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos). Em nossa análise, identificamos deficiência no controle dos serviços prestados pela DATAPREV, e ausência de medidas de segurança da rede de dados da Previdência Social.

Nos trabalhos de auditoria de acompanhamento e avaliação de gestão, esta CGU selecionou e analisou, com base em critérios de relevância e materialidade, processos referentes a contratos firmados pelo INSS e vigentes em 2007, totalizando R\$ 90.480.107,45 (noventa milhões, quatrocentos e oitenta mil, cento e sete reais e quarenta e cinco centavos), conforme a seguir relacionado:

Empresa	Valor pago (R\$)
DATAMÉTRICA	22.928.355,28
PROVIDER LTDA.	58.796.000,00
ZÉPIM SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.	1.912.509,90
TECHNOLOGY SUPPLY INFORMÁTICA	254.428,52
CONFIANÇA MUDANÇAS E TRANSPORTES	5.493.030,35
MANCHESTER SERVIÇOS LTDA.	848.783,40
PRISMA SYS INFORMÁTICA	247.000,00
TOTAL	90.480.107,45

Nas avaliações realizadas por esta CGU, foram identificados: demora no atendimento ao usuário da Previdência Social, apesar da implementação da Central de Teleatendimento 135; necessidade de definição, nos contratos de transporte de bens e estiva, de critérios de medição do volume a ser transportado; e ausência de medidas de segurança da rede de dados da Previdência Social, para as quais formulamos as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Defina critérios para a comprovação do efetivo volume a ser transportado pela empresa na execução do objeto do Contrato nº 60/2006.

RECOMENDAÇÃO: 002

Oriente suas unidades regionais para que apresentem justificativas pelo transporte de bens, observando-se a necessidade efetiva do serviço, bem como a avaliação do custo-benefício de determinados transportes.

RECOMENDAÇÃO: 003

Adote providências em razão do descumprimento da IN STN 01/1997 e Decreto nº 93.872/1986 na execução do convênio firmado com o CIEE.

RECOMENDAÇÃO: 004

Nas próximas realizações de programas de estágio utilize como instrumento jurídico o contrato, nos moldes da Lei nº 8.666/1993 e com ampla concorrência de participantes.

RECOMENDAÇÃO: 005

Estabelecer cronograma de ações de redução para a fila virtual com metas de atendimento de curto, médio e longo prazos, acompanhado de Plano de Ações de forma que, ao fim das metas, tenha sido possível eliminar a necessidade de espera pelo segurado que necessita de atendimento nas Agências da Previdência Social.

RECOMENDAÇÃO: 006

Recomendamos à Corregedoria-Geral do INSS que proceda à análise dos processos de reconhecimento de dívida referentes ao Contrato nº 51/2001, firmado entre o INSS e a empresa CSU CardSystem S.A e, se for o caso, instaure procedimento administrativo disciplinar para apuração de responsabilidades pelo pagamento de faturas sem cobertura contratual.

RECOMENDAÇÃO: 007

Estabelecer processo de Gerenciamento de Níveis de Serviço (SLM) nas unidades de Atendimento da Previdência Social (APS), com objetivo de medir a qualidade dos serviços prestados e principalmente garantir a disponibilidade dos serviços ao público da Previdência Social.

RECOMENDAÇÃO: 008

Mensurar a prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas por resultados (produto entregue), com especificações previamente estabelecidas, para evitar a mera locação de mão-de-obra e o pagamento por hora trabalhada, conforme determinação do Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 786/2006 Plenário.

RECOMENDAÇÃO: 009

Adotar medidas que garantam a segurança da rede de dados da Previdência Social.

RECOMENDAÇÃO: 010

Definir, para cada sistema do Novo Modelo de Gestão que está sendo desenvolvido, quais são as atividades que cabem à Dataprev e ao Consórcio INFO_PREV_BR, para permitir maior controle sobre o pagamento dos serviços prestados.

RECOMENDAÇÃO: 011

Detalhar os orçamentos técnicos de modo a permitir a verificação do cálculo de cada item que compõe o custo do serviço.

RECOMENDAÇÃO: 012

Especificar mais detalhadamente nos Relatórios de Aprovação de Serviços - RAS, quais foram as atividades desenvolvidas para a prestação do serviço ou obtenção do produto a ser entregue.

RECOMENDAÇÃO: 013

Realizar reuniões periódicas com a DATAPREV para avaliar os níveis de serviço e discutir soluções para os problemas detectados, visando a melhoria dos serviços prestados.

RECOMENDAÇÃO: 014

Fazer levantamento das necessidades de lotação de servidores nas Agências da Previdência Social de modo a dar atendimento aos segurados sem a criação de filas em frente às Agências, sejam elas físicas ou "virtuais".

RECOMENDAÇÃO: 015

Fazer gestões junto aos órgãos responsáveis a fim da realização de concursos com vagas em quantidade suficiente a fim de preencher as necessidades de atendimento nas Agências.

RECOMENDAÇÃO: 016

Encaminhar os resultados da implementação das recomendações pendentes da Ação de Auditoria Extraordinária nº 04-100.0/2007/1.755 SIGA, à CGU, quando efetivamente implementadas, acompanhadas de evidências relativas às ações adotadas.

RECOMENDAÇÃO: 017

Elaborar análise do custo-benefício dos contratos de Tele-atendimento, de modo a priorizar a compatibilidade dos preços praticados nos contratos com os de mercado.

5.5 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS mantém o quantitativo de 39.398 (trinta e nove mil, trezentos e noventa e oito) servidores em seu quadro de pessoal, sendo: 38.563 (trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e três) Ativos, 831 (oitocentos e trinta e um) Cedidos, e 4 (quatro) Requisitados de outros órgãos, conforme quadro a seguir:

Situação	Quantidade	%
01 - ATIVO PERMANENTE	38.563	40,00
02 - APOSENTADO	39.657	41,13
03 - REQUISITADO	9	0,01
04 - NOMEADO CARGO COMIS.	15	0,02

Situação	Quantidade	%
06 - TABELISTA(ESP/EMERG)	1	0,00
08 - CEDIDOS	831	0,86
11 - EXCEDENTE A LOTACAO	5	0,01
14 - REQ.DE OUTROS ORGAOS	4	0,00
18 - EXERC DESCENT CARREIRA	1.948	2,02
19 - EXERCICIO PROVISORIO	43	0,04
20 - CELETISTA	4	0,00
25 - CLT ANS DEC JUDICIAL	1	0,00
30 - CLT-APS.DEC.JUDICIAL	17	0,02
31 - CLT-INST.PS DEC JUDICIAL	1	0,00
93 - BENEFICIARIO PENSÃO	15.311	15,88
Total	96.410	100

(Posição em dezembro/2007)

Comparando-se o quantitativo de pessoal existente no exercício de 2006, à posição do exercício 2007, denota-se a redução no contingente em 4.227 (quatro mil, duzentos e vinte e sete) servidores, correspondendo a 9,68% (nove vírgula sessenta e oito por cento) da força de trabalho observada em 2006.

Exercícios		Redução
2006	2007	%
43.625	39.398	9,68%

O contingente do INSS apresenta 2.225 (dois mil, duzentos e vinte e cinco) Analistas e 4.315 (quatro mil, trezentos e quinze) Técnicos Previdenciários, resultantes de concurso, os quais deveriam estar, em sua totalidade, lotados nas Agências da Previdência Social, por serem a essência e a base principal do Projeto de Melhoria do Atendimento na Previdência Social.

Nessa mesma linha de desvio de finalidade, o INSS ofertou em concurso público 1.993 (mil, novecentos e noventa e três) vagas, como demonstrado no quadro a seguir, sendo 593 (quinhentos e noventa e três) destinadas a Analista do Seguro Social, e, destas, 453 (quatrocentos e cinquenta e três) vagas estão sinalizadas a várias especializações que por suas características não irão para a área de Atendimento, nas APS. Somente 140 (cento e quarenta) têm esta possibilidade por não ter sido exigida especialização e sim graduação prevista em Lei. Acrescido a esse número constam 1.400 (mil e quatrocentos) Técnicos Previdenciários.

Cargo Efetivo	Quantidade
ANALISTA DO SEGURO SOCIAL	593
Formação em arquitetura	6
Formação em arquivologia	7
Formação em Biblioteconomia	2
Formação em Ciência da Computação	15
Formação em Ciências Atuariais	6
Formação em Comunicação Social	12
Formação em Direito	136
Formação em Engenharia Civil	73

Cargo Efetivo	Quantidade
Formação em Engenharia Civil, Mecânica ou Elétrica com especialização em Segurança do Trabalho	7
Formação em Engenharia da Telecomunicações	7
Formação em Engenharia Mecânica	7
Formação em Estatística	5
Formação em Pedagógica	34
Formação em Psicologia	35
Formação em Terapia Ocupacional	101
Formação qualquer área	140
TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL	1.400
TOTAL GERAL DE VAGAS	1.993

Diante do clamor da carência de servidores ecoado em toda área de Atendimento das APs, o Instituto deve observar com mais rigor os preceitos de criação das carreiras em comento, para assegurar a melhoria da qualidade do Atendimento na Previdência Social.

Ainda sobre a gestão de Recursos Humanos, o INSS conta com 504 (quinhentos e quatro) servidores da carreira do seguro social, dos 831 (oitocentos e trinta e um) servidores cedidos, sendo 478 (quatrocentos e setenta e oito) Técnicos do Seguro Social mais 26 (vinte e seis) Analistas de Seguro Social.

Conforme demonstrado o INSS deve ensejar esforços no sentido de alocar os recursos humanos existentes da carreira de Analistas e Técnicos na área de atendimento das Agências da Previdência Social, tendo em vista a especificidade para as quais as carreiras foram criadas e estarem atinentes à melhoria da qualidade do atendimento Previdenciário.

QUANTITATIVO DE ESTAGIÁRIOS

O Instituto dispõe ainda de 3.771 (três mil, setecentos e setenta e um) estagiários, sendo 1.841 (mil, oitocentos e quarenta e um) de Nível Superior e de 1.930 (mil, novecentos e trinta) de Nível Médio, lotados na Direção Central e Gerências Executivas.

A redução do contingente de estagiários no INSS, de 6.633 (seis mil, seiscentos e trinta e três) em dezembro de 2007, para 3.771 (três mil, setecentos e setenta e um) estagiários atualmente, ocorreu por força da Portaria/SRH/MP nº 313, de 17.09.2007, que motivou a edição de termo aditivo para adequar o instrumento contratual às novas regras, com vigência a partir de janeiro/2008, inclusive passando o pagamento da bolsa auxílio a ser efetuado pelo SIAPE.

Tais medidas ocorreram conforme o art. 3º da Portaria, que estabeleceu os percentuais de vagas em 12% (doze por cento) para Nível Superior - NS e em 5% (cinco por cento) para Nível Médio - NM da lotação aprovada para o Órgão, resultando no quantitativo de 2.207 (dois mil, duzentos e sete) NM e 1.920 (mil, novecentos e vinte) NS, totalizando 4.127 (quatro mil, cento e vinte e sete) vagas.

Esclareceu, ainda, a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos que, em 04.01.2008, foi publicada a Portaria/SRH nº 467 que alterou os arts. 3º; 4º; 5º, incisos II, IV, VII e XII; 6º e; 10, incisos II e VI; e o art. 11 da Portaria/SRH/MP nº 313/2007. Dentre as

alterações, constam as elevações dos percentuais de vagas para 20% (vinte por cento) NS e 10% (dez por cento) NM, elevando o quantitativo de vagas a serem ocupadas para 3.200 (três mil e duzentos) NS e 4.414 (quatro mil, quatrocentos e quatorze) NM, totalizando 7.617 (sete mil, seiscentos e dezessete) vagas.

QUANTITATIVO DE APOSENTADOS E INSTITUIDORES DE PENSÕES

O Instituto mantém em folha de pagamento o quantitativo de 39.674 (trinta e nove mil, seiscentos e setenta e quatro) aposentados e 15.312 (quinze mil, trezentos e doze) instituidores de pensões.

CESSIONÁRIOS INADIMPLENTES

Conforme demonstrado anteriormente, o Instituto tem 831 (oitocentos e trinta e um) servidores cedidos a outros Órgãos Públicos. Dentre aqueles em que o ônus da cessão é suportado pela cessionária existe uma inadimplência da ordem de R\$ 314.170,71 (trezentos e quatorze mil, cento e setenta reais e setenta e um centavos), posição em dezembro de 2007.

O INSS vem adotando medidas como forma de obter os valores devidos pelas cessionárias, no entanto, deve ser reforçado às cessionárias a necessidade de atendimento ao disposto nos §§ 1º a 3º, do artigo 4º e especialmente o que dispõe o art. 10 e parágrafo único do Decreto 4.050/2001, adiante transcritos:

"Art. 4º Na hipótese do inciso II do art. 3º, quando a cessão ocorrer para os Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o ônus da remuneração do servidor cedido, acrescido dos respectivos encargos sociais, será do órgão ou da entidade cessionária.

§ 1º O valor a ser reembolsado será apresentado mensalmente ao cessionário pelo cedente, discriminado por parcela remuneratória e servidor, e o reembolso será efetuado no mês subsequente.

§ 2º O descumprimento do disposto no § 1º implicará o término da cessão, devendo o servidor cedido apresentar-se ao seu órgão de origem a partir de notificação pessoal expedida pelo órgão ou entidade cedente.

§ 3º O dirigente máximo do órgão ou entidade cedente é o responsável pelo cumprimento das determinações contidas nos §§ 1º e 2º.

Art. 10. Na hipótese do não reembolso pelos cessionários, os órgãos ou as entidades cedentes do Poder Executivo Federal deverão adotar as providências necessárias para o retorno do servidor, mediante notificação.

Parágrafo único. O não atendimento da notificação de que trata o caput implicará suspensão do pagamento da remuneração, a partir do mês subsequente."

OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO PERTENCENTES A OUTROS ÓRGÃOS/ENTIDADES

Com relação aos ocupantes de cargos em comissão, originários de outros Órgãos e Entidades, em exercício no Instituto, destaca-se os pertencentes ao Banco do Brasil e ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, por possuírem características diferenciadas em relação ao ressarcimento de valores (ônus) às Entidades cedentes, como, por exemplo, provisões de todas as naturezas contratuais/trabalhistas e pagamento de gratificação pelo exercício de DAS, denominada de GEC, que, por sua vez, não faz parte da estrutura salarial das Entidades cedentes.

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 208007-15, a Diretoria de Recursos Humanos do INSS encaminhou cópias das faturas de cobrança pelo ônus das remunerações pagas aos servidores pertencentes às Instituições cedentes, que após análise destacamos o que segue:

a) Fatura de cobrança emitida pelo SERPRO - Observa-se na Nota de Ressarcimento emitida pela empresa, referente ao mês de março/2008, a cobrança da parcela do plano de saúde CASSI, pertencente ao Banco do Brasil, a qual vem sendo ressarcida ao SERPRO de forma indevida por se tratar de contribuição facultativa, de responsabilidade do empregado e não da parte patronal, conforme dispõe o parágrafo 2º, do Art. 11, do Decreto 4.050/2001, abaixo transcrito:

"Art. 11. As cessões ou requisições que impliquem reembolso pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, à exceção da Presidência e da Vice-Presidência da República, somente ocorrerão para o exercício de: (Redação dada pelo Decreto nº 5.213, de 2004)

§ 2º O reembolso de que trata o inciso III do art. 1º contemplará, tão-somente, as parcelas de natureza permanente, inclusive vantagens pessoais, decorrentes do cargo efetivo ou emprego permanente, nos órgãos ou entidades cedentes e, ainda, as parcelas devidas em virtude de cessão, neste último caso quando instituídas em contrato de trabalho ou regulamento de empresa pública ou sociedade de economia mista até 31 de dezembro de 2003. (Redação dada pelo Decreto nº 5.213, de 2004)"

b) Fatura de cobrança do Banco do Brasil S/A - Sobre a fatura emitida pelo Banco do Brasil S/A, destacamos a Gratificação Especial de Cessão - GEC, por se tratar de uma vantagem não pertencente à estrutura salarial do Banco e devida somente quando o funcionário da Instituição está em exercício em outro Órgão.

b.1) A citada Gratificação chega a equivaler a 58,33% do salário do funcionário do Banco do Brasil S/A, mais o cargo em comissão exercido que, conforme mencionado no Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão nº 139815 transfere ao serviço Público Federal uma vantagem não instituída por Lei, conforme a seguir transcrito:

"O item 8.1.2.2 do Relatório de Avaliação de Gestão nº 139815 - Consolidado, apontou que nas faturas emitidas pelo Banco do Brasil S/A para ressarcimento dos Salários e encargos sociais dos empregados cedidos para exercício de cargo em comissão do Grupo DAS no Ministério da Previdência Social - MPS, constava a rubrica denominada de Gratificação Especial de Cessão - GEC, em desacordo com o previsto no inciso III do artigo 1º, combinado com o art. 11º do Decreto nº

4.050/2001. Em decorrência dessa incidência recomendamos no citado Relatório o que segue:

Recomendamos que a Unidade dê ciência ao Banco do Brasil S.A. da impossibilidade de reembolso das parcelas de Gratificação Especial de Cessão - GEC, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 1º, do Decreto nº 4.050/01, bem como providencie junto àquela Instituição a baixa nos passivos gerados contra o MPS, face o entendimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Ofício nº 20/2004/COGES/SRH/MP, de 19.02.2004.

Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 160291.01, de 16.2.2005, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos esclareceu que de acordo com o disposto no § 2º do artigo 1º, do Decreto nº 5.213, de 24 de setembro de 2004, continuou a ressarcir ao Banco do Brasil S/A a parcela devida de Gratificação Especial de Cessão - GEC, em decorrência do citado dispositivo.

Decreto nº 5.213, 24.9.2004.

Art. 1º O art. 11 do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 11. As cessões ou requisições que impliquem reembolso pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, à execução da Presidência e da Vice-Presidência da República, somente ocorrerão para o exercício de:

(...)

§ 2º O reembolso de trata o inciso III do art. 1º contemplará, tão somente, as parcelas de natureza permanente, inclusive vantagens pessoais, decorrentes do cargo efetivo ou emprego permanente, nos órgãos ou entidades cedentes e, ainda, as parcelas devidas em virtude de cessão, neste último caso quando instituídas em contrato de trabalho ou regulamento de empresa pública ou de economia mista até 31 de dezembro de 2003.

O Decreto nº 5.213, de 24.9.2004, objetivou disciplinar entendimentos, dentre outros preceitos, sobre a manutenção da Gratificação Especial de Cessão - GEC, ainda que de forma abstrata, quando cita no parágrafo 2º as parcelas devidas em virtude de cessão, neste último caso quando instituídas em contrato de trabalho ou regulamento de empresa pública ou de economia mista até 31 de dezembro de 2003. Diante desse novo entendimento a recomendação constante do subitem 8.1.2.2 do Relatório de Avaliação de Gestão nº 139815, encontra-se Regularizada.

Sobre a matéria o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, emitiu o Ofício Circular nº 2, de 10.3.2005, com base no dispositivo acima considerando a Gratificação Especial de Cessão - GEC, como parcela reembolsável pelo Órgão cessionário, conforme abaixo transcrito:

"Tendo em vista a nova redação do § 2º do art. 11 do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, trazida pelo Decreto nº 5.213, de 24 de

setembro de 2004, a Gratificação Especial de Cessão - GEC, bem assim as demais vantagens pecuniárias devidas em virtude de cessão, constitui parcela a ser reembolsada pelo Órgão ou Entidade cessionário”.

Não obstante ressaltar que as justificativas apresentadas pelo Banco do Brasil S/A a época e os fatos narrados no subitem 8.1.2.2 do Relatório de Avaliação de Gestão nº 139815 - Consolidado, a manutenção do ressarcimento da parcela de Gratificação Especial de Cessão - GEC criou para o Serviço Público Federal uma Gratificação não instituída por Lei, uma vez que a parcela em comento só é devida quando o empregado está cedido, não integrando a estrutura funcional de salários e funções da Instituição.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Por intermédio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP foi possível levantar o quantitativo de diárias (concedidas no período de janeiro a dezembro/2007) iniciadas entre as quintas-feiras a domingos com os respectivos gastos realizados com essas concessões e, comparadas com o total efetivamente realizado, representou 38% (trinta e oito por cento) das despesas sob a mesma rubrica, conforme demonstrado a seguir:

Quantidade de diárias iniciadas em finais de semana - 2007 - Brasil

	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo	Total (R\$)	%
Quant. Diárias	11.583	7.478	2.899	15.815	-	-
Total Gasto (R\$)	1.904.908,49	1.062.205,35	2.527.157,83	6.785.046,82	12.279.318,49	38%
Total Geral Gasto com Diárias - Brasil					32.315.826,28	100%

O Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, prevê a situação de início de viagens em finais de semana conforme dispõe o § 2º, do art. 5º do citado dispositivo.

GRATIFICAÇÕES

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no exercício de 2007, despendeu a importância de R\$ 562.449,65 (quinhentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) a título de Gratificação de Encargo de Curso e Concurso, instituída pela Lei nº 11.314/2006, que altera a Lei nº 8.112/1990, regulamentada pelo Decreto nº 6.114/2007.

Em 17 de agosto de 2007 foi editada a Instrução Normativa nº 19/INSS/PRES, disciplinando o pagamento da citada Gratificação no âmbito do Instituto.

Conforme informações extraídas do Sistema de Administração de Pessoal, foram identificados sete servidores que perceberam a citada Gratificação pelo valor máximo permitido por hora trabalhada (1,2% sobre o maior valor de referência - ON nº 4/2007 MPOG/SRH, para servidores com pós-graduação), sem que a escolaridade dos mesmos em nível de pós-graduação estivesse evidenciada no SIAPE.

Considerando as respostas dadas às Solicitações de Auditoria, a respeito da mencionada Gratificação, demandadas na última auditoria de acompanhamento, foi possível constatar, ainda, as seguintes situações:

II) Realização do projeto "Curso Introdutório para Peritos Médicos da Previdência Social - Módulo Presencial 2ª Turma", no período de 10 a 14/09/2007, pela Gerência Executiva de Uberaba, ao custo específico de R\$ 3.032,56 (três mil, e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), sob a rubrica de Gratificação por encargo de curso ou concurso, para o treinamento de um único perito médico nomeado para a APS Patrocínio. O pagamento da Gratificação aos instrutores matrículas 1216769, 0896651 e 0949028, neste caso, é conflitante com o que dispõe o artigo 2º, parágrafo 2º, do Decreto 6.114/2007; com o artigo 9º, inciso II, da IN nº 19/INSS/PRES de 17 de agosto de 2007 e; com o princípio constitucional da economicidade.

III) O servidor matrícula 0757521 acumula nos meses de agosto e setembro de 2007 (folhas de setembro e outubro, respectivamente) o recebimento de 123 horas a título da Gratificação por encargo de curso ou concurso. O limite máximo permissível é de 120 horas anuais.

IV) O pagamento da Gratificação a três servidores - matrículas 0757521, 0759942 e 0904870 - concursados/redistribuídos com formação em psicologia, "psicólogos", componentes da Comissão de Seleção da CGDEP, pela "prestação de serviços para seleção da APE-GR de 03 a 27/09/2007" (v. Memorando- Circular nº 66 INSS/DRH/CGDEP). Os pagamentos, realizados na folha de outubro/2007, foram integrais (120 horas, seja a 1,2% ou 1% por hora trabalhada, sobre a base de cálculo prevista no parágrafo 1º do artigo 3º do Decreto 6.114/2007) para dois dos servidores - R\$ 9.969,60 (nove mil, novecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos) e R\$ 8.308,80 (oito mil, trezentos e oito reais e oitenta centavos), respectivamente - e de 80 horas para o terceiro integrante da comissão - R\$ 6.646,40 (seis mil seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos).

Foram emitidas as SAs nº. 9 e 11, em 14 e 15 de abril de 2008, respectivamente, para que a Autarquia esclarecesse os apontamentos mencionados.

Retornou, por intermédio do Ofício nº 366/INSS/GAB/PRES, de 29 de abril de 2008, apenas a manifestação referente à demanda do item "IV". Consta do mencionado Ofício manifestação da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas, de 24 de abril de 2008, que, entre outras considerações, traz os seguintes esclarecimentos/documentos:

"Os pagamentos foram contemplados sob o inciso II do artigo 2º do Decreto nº 6.114/07 e referem-se à etapa que precede ao processo seletivo, compreendendo a fase da elaboração dos parâmetros e critérios da Avaliação Curricular, elaboração das questões da Prova Situacional e, escolha e fundamentação técnica do material para a Avaliação Subjetiva; Realizaram-se reuniões com o Assessor Chefe da APE-GR, para colher dados e informações que serviram de subsídio na definição da estratégia e metodologia adotada:

.Avaliação curricular e Pesquisa Social, com critérios e parâmetros considerando a formação e experiências;

.Avaliação subjetiva e Prova Situacional, com aplicação de testes psicológicos (por questões éticas não juntadas ao presente documento);

.Entrevista individual, realizada com os candidatos selecionados mediante convocação para compor lista triplíce e;

.Que as questões de provas foram elaboradas pela equipe em referência, considerando o perfil e as habilidades requeridas.

Anexação dos cronogramas de compensação das horas de cada membro da equipe; a lotação e a descrição das atribuições de cada um dos servidores e; explanação sobre o pagamento de mais quarenta horas a título da gratificação para a servidora 0904870.

Isto posto, faz-se necessário os seguintes apontamentos a respeito das situações comentadas no item IV deste Papel de Trabalho:

a) os servidores têm formação em psicologia e, conforme consulta ao SIAPE, foram nomeados/redistribuídos como psicólogos, além de dois deles serem efetivamente lotados no Serviço de Recursos Humanos em duas Gerências Executivas distintas, não se revestindo a atividade, portanto, do caráter de eventualidade (v. artigo 2º do Decreto 6.114/2007);

b) não nos foi apresentado, efetivamente, o produto resultante da referida comissão que, entendemos, não seja apenas o resultado da seleção ou a classificação dos servidores selecionados, mas, também, e principalmente, (a) o rol de questões ou modelos de prova situacional e; (b) a enumeração de parâmetros e critérios de avaliação curricular e de avaliação subjetiva;

c) o Planejamento da Compensação de Horas do servidor matrícula 0759942 foi elaborado somente em 18 de abril de 2008 - após a emissão da Solicitação de Auditoria nº 11 - e cujo período para implementação das horas a compensar remonta a outubro de 2007, passando pelos meses de novembro e dezembro e perfazendo 123 horas em janeiro de 2008, anteriormente, portanto, à formalização do Planejamento de Compensação; ainda, a compensação realizada em novembro alcançou os dias 1 a 9, inclusive, e entre as 18 e 21 horas, período esse que inclui um sábado, um domingo e o feriado nacional de finados (2/11); houve, ainda segundo o mencionado planejamento, a compensação de 4 horas por sábado - das 8 às 12 horas - em outras cinco diferentes ocasiões, quais sejam, 6/10, 24/11, 1/12, 8/12 e 15/12, esta última, imediatamente anterior a segunda-feira em que o servidor entrou em gozo de férias;

d) segundo os cronogramas de compensação anexados ao Ofício nº 366/INSS/GAB/PRES, de 29 de abril de 2008, anteriormente citado, houve, agora para o servidor matrícula 0757521, a compensação de 44 horas (4h/dia) em onze sábados distribuídos entre os meses de janeiro a abril de 2008;

e) o planejamento de compensação da servidora matrícula 0904870 totaliza, de fato, 119 horas, e não 120;

f) houve pagamento da gratificação por participação em reunião prévia com os demandantes da seleção - Assessor-Chefe da APE-GR - como subsídio para definição da estratégia e da metodologia a ser adotada na seleção;

g) houve pagamento de diárias para os três servidores, referente ao período dos trabalhos, que totalizou R\$ 7.214,58;

h) finalmente, o valor total pago aos três servidores, somente a título de gratificação, atingiu a quantia de R\$ 24.924,80."

Os fatos acima apontados indicam, no mínimo, falha de gestão por parte da Diretoria de Recursos Humanos. Não se pode admitir que uma estrutura administrativa do tamanho da que possui o INSS não preveja, em seu corpo técnico, profissionais habilitados e pagos para desenvolver tarefas corriqueiras, não eventuais, de RH, (dentre as quais a seleção interna de servidores e a descrição de cargos e salários), notadamente quando a escolha de candidatos aos variados e estratégicos postos oferecidos pela Autarquia, como o caso dos cargos de gerentes executivos e os disponibilizados pela APE - que são praxe dentro da Organização (v. artigo 2º do Decreto 6.114/2007).

No caso em tela, a propósito dos servidores apresentarem-se qualificados a integrar a determinada comissão de seleção, posto que são formados em psicologia, foram contratados como tal, ou seja, "psicólogos", sugerindo uma sobreposição, redundante, de remuneração pelo trabalho que desenvolvem (ou deveriam desenvolver) dentro do Instituto como a que motivou a Gratificação.

Essa falha de gestão ganha proporções ainda maiores quando nos deparamos com a fragilidade dos Planejamentos de Compensação de horas - incluía-se a sua elaboração em data posterior ao cumprimento da compensação - que contempla a reposição em sábados, domingos e feriados nacionais, em período noturno, e em vésperas de férias anuais dos servidores.

A manifestação da Autarquia em resposta à SA nº 9 retornou por intermédio do Ofício nº 388/INSS/GAB/PRES, de 5 de maio de 2008, ratificando as situações então apontadas.

Foi evidenciado, ainda, que os médicos-peritos do INSS, concursados para uma jornada de 8 horas diárias, têm exercido, em sua grande maioria, apenas 4 horas diárias. Tal fato pôde ser verificado nos trabalhos desta CGU realizados nas Agências da Previdência Social do Distrito Federal (Relatórios nº 206279 e 206281), São Luiz Gonzaga/RS e Belo Horizonte/MG (Relatório nº 183644) conforme especificado no item "Atuação da CGU", anexo a este Relatório.

Tal prática tem acontecido de forma reiterada e em outros pontos do país, conforme se verifica da leitura de trabalhos em anos anteriores realizados em Campinas/SP (Relatório nº 183654), Araçatuba/SP (Relatório nº 183653) e São Paulo/SP (Relatório nº 183643), com recomendações que ainda se encontram "em implementação", conforme informações fornecidas pela Auditoria Interna do INSS.

Desse modo, apresentamos as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Que o INSS se abstenha de pagar Gratificações por Encargo de Curso e Concurso pela realização de treinamentos voltados à aprendizagem/execução de tarefas estritamente práticas e de uso de ferramentas de trabalho e rotinas estabelecidas, objetivando atender necessidades imediatas e destinadas a pessoal que atua em área similar à do instrutor.

RECOMENDAÇÃO: 002

Que o INSS se abstenha e pagar a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso com fulcro no inciso II do artigo 2º do Decreto 6.114/2007, quando tais atividades não se revestirem do caráter de eventualidade, haja vista a existência de áreas/estruturas finalísticas às mesmas.

RECOMENDAÇÃO: 003

Que o INSS que implemente maior eficácia e efetividade no controle da compensação de horas, quando esta for necessária ao regular procedimento/pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso.

RECOMENDAÇÃO: 004

Que o INSS mantenha atualizado, no SIAPE, os dados funcionais e pessoais dos seus servidores, inclusive quanto ao nível de escolaridade destes.

5.6 ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Não há entidades de Previdência Privada vinculadas ao INSS.

5.7 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Com relação ao cumprimento pelo INSS de Decisões e Acórdãos expedidos pelo Tribunal de Contas da União, verificamos que no exercício de 2007 a autarquia não adotou providências necessárias em determinadas demandas da Corte de Contas, conforme detalhado no item 5.1.1.1 do Anexo I - "Demonstrativo das Constatações" deste Relatório de Auditoria.

5.8 RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS

No exercício de 2007, foram utilizados recursos externos na execução de ações vinculadas ao Programa 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários.

Na Ação 2D15 - Gestão da Melhoria Contínua Organizacional - PGA, do total empenhado, 98,08% (noventa e oito, vírgula oito por cento), ou R\$ 7.700.000,00 (sete milhões e setecentos mil reais), foram utilizados para garantir as despesas com o Projeto "Definição e Implementação na Previdência Social do Brasil de um Novo Modelo de Gestão de Pessoas e do Conhecimento" - PROGESPE, que será executado por meio de Cooperação Técnica entre o Ministério da Previdência Social e a Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, cujo principal objetivo é definir e implementar um Novo Modelo de informação, memória e relacionamento com o segurado, visando a melhoria da atuação de suporte social oferecido pela Previdência Social. O Projeto se divide em três áreas principais: (1) divulgação de conhecimento e informações relativas à Previdência Social para conscientizar os cidadãos de seus direitos e deveres com relação ao tema; (2) capacitação de pessoal tendo como fundamento a Gestão por competência, visando aumentar o capital intelectual do Sistema Previdenciário e aumentar a qualidade dos serviços da Previdência Social; e (3) disseminação do Novo Modelo de informação, memória e relacionamento com o segurado objetivando a melhoria da atuação de suporte social oferecido pelo MPS.

Com relação à Ação 3896 - Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social, o gestor prestou os seguintes esclarecimentos em seu Relatório de Gestão:

"Considerações sobre as ações conduzidas em 2007 (execução física):

1 - A modernização dos sistemas de informação do INSS é a principal ação em curso para o alcance das finalidades desta meta orçamentária. O INSS, MPS e Dataprev ao longo de 2007 priorizaram esta ação, mediante a estruturação de equipes geridas pela Dataprev e apoiadas por um Consórcio de consultorias em desenvolvimento de sistemas. As evoluções nos sistemas considerados legados foram restritas às demandas de correções de erros, ajustes de demandas legais e evoluções inadiáveis, permitindo concentração na demanda dos novos sistemas. Ao longo de 2007 houve a priorização do novo sistema de Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e da primeira fase do Sistema Integrado de Benefícios - SIBE I. Neste processo está contemplada a substituição da infraestrutura tecnológica atualmente utilizada pelos principais sistemas de informação, reduzindo-se a dependência de fornecedores e melhorando a performance, assim como uma profunda reformulação do modelo operacional do INSS, com foco na melhoria do atendimento e na redução de vulnerabilidades à erros e fraudes e, por fim, na modernização da própria Dataprev por meio da internalização de novas tecnologias. Em que pese a priorização deste projeto, houve baixo nível de execução, fundamentalmente em função de dificuldades operacionais por parte da fábrica de software contratada para apoiar a Dataprev no desenvolvimento dos sistemas. Os cronogramas inicialmente acordados foram repactuados e o projeto terá continuidade no próximo ano.

2 - Houve significativo avanço no processo de modernização do parque de equipamentos do INSS. Em 2007 foram instalados os equipamentos adquiridos em 2006 e com as aquisições complementares realizadas ao longo do ano viabilizou-se a substituição total dos equipamentos locados e a substituição dos equipamentos com configuração obsoleta. O êxito nesta ação foi parcialmente prejudicado por questões orçamentárias, pois o recurso inicialmente disponível para investimento, correspondente a menos de 30% da proposta orçamentária não permitiu a utilização de Atas de Registro de Preços do INSS que expiraram no início de dezembro/07. A liberação de crédito suplementar ocorrida apenas no dia 19/12, menos de 10 dias úteis antes do fim do exercício, inviabilizou a execução completa dos recursos, implicando em

remanejamento de algumas ações para 2008, em especial a aquisição de estações de trabalho, servidores, scanners e impressoras.

3 - Em 2007 foi viabilizada a conclusão da implantação da infraestrutura de videoconferência e houve avanço na implantação da solução de telefonia baseada em tecnologia híbrida Voz sobre IP/TDM. Ambos os projetos tiveram seus cronogramas prejudicados pelos seguintes fatores: atraso na modernização da rede de longa distância pela Dataprev; atrasos na disponibilização de troncos digitais; e ajustes de infraestrutura nas unidades sedes das salas de videoconferência e das novas centrais telefônicas. Ao fim de 2007 todas as salas de videoconferência foram instaladas enquanto a solução de telefonia tem previsão de conclusão de sua implantação no primeiro semestre/08.

4 - A aquisição de solução de controle de acesso lógico baseada em biometria e certificação digital foi comprometida por problemas na licitação e será retomada em 2008. A implantação de solução baseada em biometria para identificação de segurados nas APS permanece em avaliação após a realização de 2 pilotos, o 3º piloto será conduzido em 2008, quando haverá a avaliação final de viabilidade. Em 2007 foi concluída a validação do novo software de controle de acesso e privilégios nos sistemas corporativos. Esta em curso a utilização do sistema no primeiro sistema para que seja difundido para os demais. Houve a aquisição de solução contra códigos maliciosos e sua implantação será efetivada em 2008. Foi concluída a fase de testes de ferramenta de controle de acesso a Web e sua implantação será realizada em 2008.

5 - Foi consolidada a implantação da infra-estrutura que suportará os novos sistemas de informação baseados no NMG, ficando pendente para 2008 ajustes e a implantação das soluções de gerenciamento pela Dataprev.

6 - Foi concluída a aquisição e iniciados os projetos de implantação de solução de Gerenciamento Eletrônico de Documentos. A implantação da solução será gradual e tem como piloto as unidades de arquivo do INSS.

7 - Foi implantada a primeira etapa de internalização do processo de gerenciamento por nível de serviço no contrato INSS/Dataprev. Neste primeiro ano não foi prevista a aplicação de sanções pecuniárias, servindo de laboratório para estruturação do INSS e Dataprev para a definição dos níveis de serviço e seu monitoramento. No próximo contrato haverá evolução dos mecanismos de controle, mensuração e aplicação de sanções. Tal processo tem como finalidade melhorar a qualidade dos serviços de TIC nas unidades do INSS."

A execução financeira da Ação foi realizada conforme tabelas a seguir:

Recursos Vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade)	Custo total	Empréstimo Contratado (ingressos externos)	Contra-partida nacional	Valor das transferências de recursos*	Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa
--	-------------	--	-------------------------	---------------------------------------	--

e organismo financiador)		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabili- zaram	Providê- ncias adotada s para correção
1346/OC-BR BID	90.125.762 ,08	18.293.6 56	8.359.282, 29	3.591.888, 16	Juros	846.043,24	2.275.419,97		
					Comissão	28.163,24	520.272,45		

*Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

** Estes valores se referem à execução da Meta no âmbito do Ministério da Previdência. Os valores restritos ao INSS constam do quadro abaixo: Recursos Vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação (exclusiva execução no INSS)

Discrimina- ção (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo total	Empréstimo Contratado (ingressos externos)		Contra- partida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabili- zaram	Providê- ncias adotada s para correção
1346/OC-BR BID	90.125.762 ,08	2.100.00 0,	1.218.606, 29	769.332,09					

5.9 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Com o objetivo de verificar a efetividade da atuação da auditoria interna do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) na gestão de 2007, foram analisados os dados relacionados no Relatório Anual de Auditoria Interna - 2007 (RAINT/2007) e seus Anexos I a XIV quanto à formalização e efetividade das ações.

A partir dessa análise foi possível constatar que o INSS informa baixos índices de implementação das determinações do TCU, assim como recomendações da CGU e da Auditoria Interna do órgão, realizadas em 2007 e anos anteriores. Segundo o gestor, o baixo patamar é fruto da falta de informação sobre a implementação das recomendações, muito mais que falta de empenho do próprio órgão, devido a falhas no fluxo de informação entre os órgãos de controle externos. Tais fatos não justificam, contudo, a baixa implementação das recomendações do seu próprio órgão de auditoria interna, como verificado. A mera falta de informações fidedignas e tempestivas não significa tal fato, ainda que haja a efetiva implementação das determinações e recomendações de órgãos de controle externo. Além deste fato foi verificado a não elaboração tempestiva dos relatórios acerca das ações de Auditoria Interna do INSS, quando do encaminhamento do RAIN/2007. O gestor alegou que a diminuição do quadro de servidores ao longo do ano prejudicou a entrega dos trabalhos. Alegou, ainda, que determinados programas estão no prazo estabelecido para sua conclusão.

Diante disso, formulamos as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Que a Auditoria Interna estabeleça procedimentos confiáveis para o devido monitoramento das recomendações e determinações dos órgãos de

controle externo, especialmente TCU e CGU, assim como empreenda esforços junto aos gestores do INSS a fim que as recomendações realizadas sejam efetivamente implementadas.

RECOMENDAÇÃO: 002

Que a Auditoria Interna encaminhe a esta CGU os trabalhos de ação de monitoramento a serem realizados no sistema COMPREV em 2008, quando do término dos mesmos.

5.10 ATUAÇÃO ENTIDADE SUPERVISORA/AGENTE OPERADOR

Não há entidade supervisora vinculada ao INSS, uma vez que se trata de uma Unidade Jurisdicionada com orçamento próprio e sujeita à prestação de contas pela utilização de recursos públicos.

5.11 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

No exercício 2007 os gastos das Gerências Executivas do Instituto Nacional do Seguro Social com o uso do Cartão de Pagamentos do Governo Federal - CPGF totalizaram a importância de R\$ 1.282.094,54 (Um milhão, duzentos e oitenta e dois mil, noventa e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), sendo R\$ 416.262,54 (quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) na modalidade fatura e R\$ 865.832,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e trinta e dois reais) na forma de saque, conforme informações extraídas do Sistema SIAFI Gerencial.

Com o objetivo de avaliar a conformidade esses gastos com as regras definidas pelo ordenamento jurídico para o suprimento de fundos, mais especificamente com o exigido pelo Art. 68 da Lei n.º 4.320/64, pelo art. 45 do Decreto n.º 93.872/86 e pelo Acórdão de n.º 740/2004, do TCU, em que a Corte de Contas estabelece: *"Utilize suprimento de fundos somente para despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos termos do art. 68, da Lei n.º 4.320/64 e art. 45, do Decreto n.º 93.872/86."*, e ainda com o Decreto n.º 5.355, de 25.01.2005, em vigor à época em que ocorreram os gastos em análise, foram selecionadas, por processo de amostragem, dentre as mais de 100 (cem) Gerências Executivas do INSS em todo o território nacional, as seguintes: GEX São José dos Campos, Rio de Janeiro Centro, São José do Rio Preto, Belo Horizonte, Bauru, Blumenau, Campo Grande, Ijuí, Maceió, Pelotas, Ribeirão Preto, Salvador, Sorocaba, Novo Hamburgo, Santos e Unidade de Reabilitação Vitória.

Foram analisados mais de 300 (Trezentos) processos de prestação de contas de gastos com o Cartão de Pagamentos do Governo Federal realizados pelas Gerências selecionadas na amostra no exercício de 2007.

Da análise desses processos, foram detectadas várias situações que representam impropriedades (Detalhadas no Anexo I deste Relatório), a saber:

1. Utilização de suprimento de fundos para a realização de despesas que, em princípio, poderiam ser submetidas ao processo normal de aplicação, ou ainda, que não possuem caráter de elegibilidade;
2. Gastos efetuados com inobservância das condições e finalidades previstas no ato de concessão (Macrofunção do Manual do SIAFI 02.11.21);
3. Despesas com saques a maior que a NE - Nota de Empenho;
4. Data da devolução do excesso de saque posterior ao prazo permitido;
5. Prestação de Contas fora do prazo;
6. Inexistência da Declaração de ausência de estoque;
7. Ausência de justificativas ou justificativas em caráter geral para a realização de saques em espécie, em desacordo com o § 2º do art. 2º do Decreto nº 5.355/2005;
8. Despesas acima do limite;
9. Divergência de valores entre as prestações de contas apresentadas e os saldos registrados no SIAFI (conta contábil 2.9.2.4.1.04.03 valores pagos, modalidade de licitação = 9 - suprimento de fundos);
10. Pagamento de valores a título de encargos sem o correspondente ressarcimento ao Erário;

Diante desses fatos, formulamos as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÃO: 001

Utilize o suprimento de fundos para aquisições de materiais e serviços que não possam submeter-se ao processo normal de aplicação (art. 68 da Lei n.º 4.320/64 e art. 45 do Decreto n.º 93.872/86).

RECOMENDAÇÃO: 002

Não aprove a prestação de contas relativa à realização de despesas com CPGF em processos que:

- Estejam incompletos, sem a documentação prevista, como por exemplo, a verificação da existência em estoque do material a adquirir;
- não esteja devidamente justificada a necessidade de realização de saques em espécie (§ 2º do art. 2º do Decreto n.º 5.355/2005 e § 2º do art. 4º da Portaria MPOG n.º 41/2005);
- constem comprovantes de despesas sem valor fiscal, ou sem a discriminação dos materiais ou serviços adquiridos;
- apresentem valores divergentes dos correspondentes saldos contabilizados no SIAFI.

RECOMENDAÇÃO: 003

Faça constar no processo de prestação de contas o ressarcimento ao erário, quando ocorrer, de valores pagos referentes a encargos (multas e juros) por atraso no pagamento de fatura do CPGF, atendendo o disposto no item 4.1.3 da Macrofunção 02.11.21 do Manual do SIAFI.

RECOMENDAÇÃO: 004

Realize uma revisão nos normativos internos que tratam da utilização de suprimentos de fundos, sobretudo por intermédio do CPGF, harmonizando-os às disposições existentes nas normas gerais, dentre as quais a Lei n.º 4.320/1964, a Lei n.º 8.666/1993, o Decreto n.º 93.872/1986 e o Decreto n.º 6.370/2008.

RECOMENDAÇÃO: 005

Adote medidas/providências no sentido de regularizar as constatações apontadas no item concernente à análise dos processos nas alíneas de "a" a "p".

5.12 CONSTATAÇÕES QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIO

As constatações verificadas estão consignadas no Anexo I - "Demonstrativo das Constatações", não tendo sido estimada pela equipe ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas no Anexo I - "Demonstrativo das Constatações" deste Relatório.

Brasília,

NOME	CARGO	ASSINATURA
FRANCISCO ALVES MOREIRA	AFC	_____
JOAO CARLOS LUIZ CATALDI	TFC	_____
MILTON MARCELO FERNANDES FERREIRA	AFC	_____
JOSE DORISMAR ARRAIS DE LAVOR	AFC	_____
CRISTINA SILVA DA CONCEICAO	AFC	_____
FRANCISCO ROBERIO DE SOUSA JUNIOR	AFC	_____
MARCIAL RAMAO PEREZ	AFC	_____